



Frente Parlamentar Ambientalista

Brasília, dezembro de 2013



Relatório de Atividades Frente Parlamentar Ambientalista

2013



LEI DAS ANTENAS_12

MUDANÇAS
CLIMÁTICAS_13ESTRADA DO
COLONO_14

RESÍDUOS SÓLIDOS_17

QUESTÃO INDÍGENA_28

REGRAS DA
MINERAÇÃO_25

CERRADO_28

APRESENTAÇÃO_03

APLICAÇÃO DA
NOVA LEI FLORESTAL_04

PROTEÇÃO DOS ANIMAIS_09

SISNAMA_30

ECOSSISTEMAS
MARINHOS E COSTEIROS_32

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO_36

UM ANO MARCADO POR GRANDES DESAFIOS

Deputado Sarney Filho (PV-MA) – Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista



A Frente Parlamentar Ambientalista iniciou o ano de 2013 ainda sob os efeitos da aprovação da Lei nº 12.651/2012, a nova lei florestal. Se o Código Florestal de 1965 tinha conteúdo muito alterado ao longo dos anos, que gerava algumas dificuldades em sua aplicação, a solução certamente não estava em sua substituição por uma lei que foi concebida, sobretudo, para regularizar ocupações preexistentes feitas em desacordo com as normas de proteção do meio ambiente.

Mas nossa opção foi de reverter esse quadro, exigir que a implementação da nova lei vá muito além dos programas de regularização e, também, que esses programas sejam concretizados com as salvaguardas ambientais necessárias. Já que se aprovou essa lei, que ela seja cumprida da melhor forma possível! Nessa linha, um tema que ganha relevância é o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Os parlamentares da Frente têm dedicado atenção para que essa e outras ferramentas constantes na nova lei florestal sejam efetivamente corretamente implantadas. Esse esforço tem-se estendido para além do Congresso Nacional. Há grupos de acompanhamento da aplicação da nova lei florestal sendo organizados em diferentes fóruns no país.

A extensão dos trabalhos para o além do espaço do Legislativo também no apoio à criação de Frentes Parlamentares Ambientalistas Estaduais. Esse trabalho, conduzido sob a liderança da SOS Mata Atlântica,

parceira desde a criação da Frente Parlamentar Ambientalista, tem importância enorme para a garantia de que as normas ambientais sejam produzidas inserindo-se no paradigma do desenvolvimento sustentável.

A parceria com organizações não governamentais é marca da Frente Parlamentar Ambientalista, seu diferencial em relação às outras muitas frentes que existem no Legislativo federal. Além da SOS Mata Atlântica, contamos com o apoio sistemático de WWF, ISA, Greenpeace, Renctas e empresas comprometidas com a sustentabilidade. A parceria é efetivada sem afetar a autonomia dessas organizações como representantes da sociedade civil. Trata-se de um modelo de sucesso de cooperação, estou convicto disso.

“ Já que se aprovou essa lei (Novo Código Florestal), que ela seja cumprida da melhor forma possível! ”

Em 2013, um tema que sem dúvida marcou a agenda política da Frente foi a questão indígena. A forte crítica a todos os que atuam na proteção ambiental que está presente em grande parte dos representantes do setor agropecuário tem-se voltado agora contra os que lutam em prol das populações indígenas. As falas simplistas e fantasiosas são no sentido de que organizações não governamentais defenderiam as populações indígenas, na verdade, para beneficiar seus financiadores estrangeiros.

O mundo real é muito diferente – e mais complexo – do que o mostrado nesse tipo de discurso. Produção rural, indústrias, turismo, transportes, geração de energia, habitação e outras atividades humanas necessitam de coordenação em termos de ocupação do território. A economia brasileira não se restringe à agricultura, mes-

mo sendo inquestionável a relevância dessa atividade para o país. A Frente Parlamentar Ambientalista empreende todos os esforços possíveis para que se compreenda que o único caminho a ser tomado é a visão integrada dos diferentes tipos de produção econômica, do atendimento às demandas sociais e da proteção ambiental.

Nessa perspectiva, também foram tópicos importantes na agenda da Frente em 2013: a proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros; a elevação do bioma Cerrado à condição de patrimônio nacional; o debate sobre as regras norteadoras do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA); a tutela dos animais silvestres contra o comércio ilegal e a luta contra os maus-tratos de todos os tipos de animais; a implementação da Lei dos Resíduos Sólidos, que caminha a passos mais lentos do que seria necessário quanto aos planos de resíduos e à logística reversa; a articulação do Sisnama e o reforço dos órgãos municipais de meio ambiente; o licenciamento ambiental e a pressão política pela liberação de obras, por vezes de forma irresponsável; e vários outros. Os nossos trabalhos abarcam grande variedade de assuntos e, devo enfatizar, não conseguiríamos desempenhar nossas tarefas sem envolvimento de todos os membros da Frente e das organizações parceiras. Agradeço muito a todos.

Nessa fase final de 2013, ganham relevância dois temas para os quais quero chamar a atenção. O primeiro, as regras sobre a implantação da infraestrutura de telecomunicações, a chamada Lei Geral das Antenas; o segundo, as novas normas gerais sobre a atividade de mineração. Temos a obrigação de assegurar que as leis federais geradas por esses dois processos legislativos incluam medidas de garantia efetiva contra danos ambientais. Vamos nos empenhar com todas as forças para que assim seja.

Contamos com o apoio de todos às atividades e às lutas da Frente Parlamentar Ambientalista. Que venha o ano de 2014!!

SEMINÁRIO AVALIA O 1º ANO DE VIGÊNCIA DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL



O seminário sobre a implementação do novo Código Florestal - Lei 12.651/12, promovido pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e pela Frente Parlamentar Ambientalista, em 21 de maio, mostrou que a implementação de um dos poucos pontos positivos do novo Código Florestal, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Programa de Regularização Ambiental (PRA) ainda não tinham saído do papel.

O CAR é necessário para que o proprietário rural tenha acesso ao chamado PRA, o Programa de Regularização Ambiental. O cadastro e o programa são mecanismos que permitem a solução dos passivos ambientais dos agricultores. De acordo com a lei, quase 5 milhões de propriedades precisariam ser cadastradas até maio de 2013.

Participaram dos debates representantes do judiciário, Ministério do Meio Ambiente, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), do Instituto Socioambiental (ISA), da Fundação SOS Mata Atlântica, do WWF-Brasil, da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), além de secretários do Meio Ambiente de diversos estados.

O ministro do Tribunal Superior de Justiça (STF), Herman Benjamin, defendeu na ocasião que o CAR é o mecanismo mais importante na proteção do próprio produtor rural, uma vez que dá início a uma série de providências que asseguram ao produtor o tempo necessário para recompor seu passivo ambiental. Segundo ele, é “urgente” a implementação do CAR para afastar a situação de insegurança jurídica dos proprietários, que permanece igual à verificada antes da aprovação do novo código florestal.

“Esse atraso já está tendo repercussão judicial, uma vez que o STJ está em vias de decidir sobre processos que dispensam os produtores do Imposto Territorial Rural (ITR) e a falta do CRA e do PRA tem influenciado as decisões dos juízes das instâncias inferiores”, alertou Herman Benjamin.

O coordenador da Frente, deputado Sarney Filho (PV-MA), afirmou que o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é a única medida de grande importância que resultou do novo código. “Até agora só tenho ouvido queixas, principalmente dos proprietários e produtores, de que eles não têm nenhum tipo de auxílio, nem dos Estados nem da União,” disse o deputado.

O coordenador da Frente defendeu a criação de uma força-tarefa para acelerar o processo de criação do CAR e fez um desabafo: “Até ago-

ra, o novo Código Florestal não serviu para nada, a não ser para anistiar aqueles que, ilegalmente, desmataram área de preservação permanente e reserva legal”.

O coordenador do Instituto Sócio Ambiental, Raul do Vale, acredita que tem havido “desleixo” por parte de alguns estados na tarefa de cadastrar cerca de 5 milhões de produtores rurais. Este cadastro, que foi criado pelo novo Código, é fundamental para que o proprietário regularize sua situação ambiental.

O diretor da Fundação SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani, avaliou que, um ano após a sanção do novo Código, o Ministério do Meio Ambiente perdeu todas as batalhas e o governo se mostrou mais sensível às “chantagens” dos ruralistas. Segundo ele, não há estrutura ambiental no País, “os órgãos ambientais estão fragilizados em todas as esferas: federal, estaduais e municipais, e possuem orçamentos muito baixos”.

As ONGs ambientalistas aproveitaram o seminário para lançar o Observatório do Novo Código Florestal, que pretende monitorar a implementação da lei e criar indicadores de avaliação. O fórum também está aberto à participação de empresas, sindicatos de trabalhadores, universidades, Ministério Público e outras entidades interessadas.

FRENTE ESTADUAIS IRÃO FISCALIZAR APLICAÇÃO DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL

O I Encontro Nacional das Frentes Parlamentares Ambientais das Assembleias Legislativas, realizado no dia 10 de outubro, em Salvador, reforçou a necessidade de uma grande mobilização nacional para acompanhar e fiscalizar a implementação do novo Código Florestal e do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em cada estado. Na abertura do evento, o coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado Sarney Filho (PV-MA) afirmou que o CAR “é uma das raríssimas exceções positivas no novo Código Florestal, que representou um dos maiores equívocos já cometidos pelo Congresso Nacional, com repercussões que devem afetar, negativamente, várias gerações com a sua aplicação”.

O coordenador do debate central no primeiro dia de discussões foi o diretor da SOS Mata Atlântica, Mario Mantovani. Ele explicou que a criação das Frentes Estaduais é resultado de um trabalho que começou no Congresso Nacional desde a Constituição de 1988, reforçando a discussão de temas voltados aos direitos coletivos e nesse bojo está o meio ambiente. “Desde esse tempo, já pensávamos numa Frente Parlamentar Ambientalista que extrapolasse os limites do Congresso Nacional. As discussões da Lei da Mata Atlântica e de outras legislações como a Lei de Crimes Ambientais,

Lei das Águas acabavam tendo ressonância limitada a Brasília”, explicou o diretor da SOS Mata Atlântica.

Mantovani disse que, com as discussões sobre mudanças do Código Florestal e a posição radical de representantes do agronegócio para mudar a lei, a questão tomou proporções absurdas, daí a necessidade de monitorar o que estava acontecendo também nos estados por meio das Frentes Estaduais.

A mesa de abertura do encontro contou com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e deputado Penna (PV-SP); deputados Sarney Filho (PV-MA), Ricardo Trípoli (PSDB-SP) e Marcelino Galo (PT-BA); Célio Costa, representante do IBAMA-BA; Paulo Gabriel, reitor da Universidade Federal da Bahia e Marcelo Guedes, representante do Ministério Público da Bahia.

PROBLEMAS PARA IMPLANTAÇÃO DO CAR

O tom dos debates da primeira mesa, integrada pelos deputados Fernando Mineiro (PT-RN), Beto Tricolli (PV-SP) e a deputada estadual do Rio de Janeiro, Aspásia Camargo (PV-RJ), foi marcado pelo pessimismo e críticas pelos poucos avanços do CAR nos estados do Rio Grande do Norte, São Paulo e Rio de Janeiro.

A segunda mesa de apresentação foi composta por Carlos Valera, representante do Ministério Público de Minas Gerais; Agostinho Semen, da Associação do Alto Vale do Itajaí e Vanize e Cielle, representantes da Secretaria de Meio Ambiente de Caxias do Sul. Foram abordadas quatro ações de inconstitucionalidade jurídica do novo código florestal propostas pelo Ministério Público

e pelo PSOL, e os problemas do CAR que influenciarão o cadastramento no Vale do Itajaí. A terceira mesa, composta pelo deputado Marcelino Galo (PT-BA), Alessandro Chacal (PT-ES), Norine Paloski (PT-RS), Mário Freire (PT-SE) e Dalce Ricas (ONG-MG), relatou a necessidade de constituir uma plataforma de cadastro único que possa unir, inclusive, as necessidades dos diversos órgãos ambientais federais como MMA, INCRA, etc. Foram tratados também os problemas que levaram a não formação da Frente Parlamentar Ambientalista no estado de Minas Gerais e as expectativas dos vereadores como primeiros fiscalizadores do CAR.



“CUMPRA-SE” MOBILIZA AS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS

Um dos grandes desafios da Frente Parlamentar Ambientalista para 2014 será levar a todos os estados a campanha “Cumpra-se” que foi lançada em maio, em São Paulo, pelas organizações da sociedade civil, encabeçadas pela SOS Mata Atlântica. “Passada a votação do novo Código Florestal e a dura queda de braço com os ruralistas, nos últimos anos, agora o nosso foco é trabalhar com as Frentes Estaduais nas Assembleias Legislativas para exigir a aplicação dos poucos mecanismos positivos introduzidos na nova lei, como é o caso do Cadastro Ambiental Rural - CAR”, afirmou o diretor de Políticas Públicas da SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani.

O “Cumpra-se” vai monitorar a implementação do Código Florestal

e também terá ênfase no documento da Plataforma Ambiental de 2014, voltada para propor uma agenda



política aos candidatos nas eleições majoritárias. “Queremos estimular a cidadania e o acompanhamento da lei em um processo descentrali-

zado e participativo. A lei que está aí não é nossa, e se não tivermos a legislação aplicada no pouco que ela tem de bom, o retrocesso pode ser ainda maior”, alertou Mantovani.

O objetivo é trabalhar em duas vertentes: implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Plano de Recuperação Ambiental (PRA). “Nós queremos que as Assembleias Legislativas acompanhem tudo o que está acontecendo em relação à implantação desses itens nos estados para que eles não sofram distorções”, disse o diretor da SOS Mata Atlântica.

A campanha nacional e o GT de acompanhamento da implementação do novo Código Florestal foram lançados durante a abertura do Encontro Nacional pela Mata Atlântica, o Viva a Mata.



DE OLHO NO CÓDIGO



OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL DISCUTE MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE

No dia 11 de outubro foi realizado, em Salvador, o 1º Encontro do Observatório Nacional do Código Florestal, que teve como objetivo iniciar um processo de análise, avaliação coletiva e independente a respeito do Código Florestal, tornando-o, por meio dos encontros, um espaço de referência para troca de informações,

discussão e compreensão de desafios.

Foi reforçada a necessidade de priorizar as ações de monitoramento da implementação do Código Florestal, sobretudo os Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR), de forma a gerar dados e massa crítica que colaborem com a potenciali-

zação dos aspectos positivos da nova lei e mitigação de seus aspectos negativos.

O encontro também apresentou sugestões para o Observatório do Código Florestal se tornar um instrumento eficiente de controle e também de possibilitar a participação popular na fiscalização e na construção dessa plataforma.

REDE DE INFORMAÇÕES PARA DAR TRANSPARÊNCIA AO CAR

A questão dos Indicadores de Avaliação de desempenho da implementação do CAR foi exposta por Patrícia Baião, da Conservação Internacional. A palestrante apresentou o INOVACAR (Iniciativa de Observação, Verificação e Aprendizagem do CAR e da Regularização Ambiental) que busca criar uma rede de trocas e aprendizagem entre os estados com o objetivo de aumentar a eficiência no processo de implementação do CAR, promovendo transparência e estimulando o controle social; e desenvolver indicadores para o monitoramento da implementação do CAR e da regulariza-

ção ambiental.

As informações a serem coletadas serão agrupadas em quatro grandes grupos: Aspectos institucionais - relacionadas principalmente ao marco legal, financiamentos, infraestrutura disponível, recursos humanos e capacitação destinadas especificamente para esta atividade; Geotecnologias/sistema - buscando aspectos do sistema de informação e software de geoespacialização (desenhador) acessíveis, transparência e acesso público dos dados e integração com procedimentos ambientais; Estratégias de cadastramento -

qual meio o estado utilizará para o processo de cadastramento, a respeito de mobilização social e ação junto a agricultores familiares e pequenos produtores; Registro das informações - relacionadas ao número de registros efetuados; quem está capacitado para inserir as informações e qual a documentação necessária para registro no CAR.

Também foi defendida a necessidade de indicadores para o Programa de Regularização Ambiental (PRA), tais como marco legal, sistema de informação, assistência técnica, monitoramento, avaliação e fiscalização

TRIBUTAÇÃO ECOLÓGICA E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ECONOMIA

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSB-SP)

No enfrentamento de questões ambientais, para promover uma verdadeira transformação, é preciso trabalhar simultaneamente em três eixos principais: legislação, investimentos públicos e conscientização ambiental.

Com relação ao primeiro eixo, pode-se dizer que o enfrentamento de questões ambientais é recente, pois se iniciou, a nível mundial, em 1972, com a Declaração de Estocolmo. De lá pra cá, nestas quatro décadas, tivemos uma primeira onda de leis, que foram “leis de comando e controle”. Leis em que o Estado dizia o que podia e o que não podia ser feito, e contratava um “exército de fiscais” para exigir a observância dessas normas e punir aqueles que não estivessem cumprindo o que as leis observavam.

Veio em seguida uma segunda fase, com “leis de prevenção”. Foram leis que impediam o licenciamento de uma usina, ou de uma fábrica, por exemplo, numa área de montante, onde houvesse a nascente de um rio. Esta série de proibições eram medidas cautelares para evitar erros humanos, para evitar possíveis catástrofes futuras. Numa terceira fase, vieram as leis de incentivo, que não substituíram as anteriores, as complementavam, visando a colocar as forças de mercado a favor de um determinado objetivo.

Como isso ocorre? Sempre se opta no mercado por um fator de produção que minimize custos e dessa forma maximize os lucros. Assim, se não houver nenhum incentivo para uma floresta ficar em pé, ela será derrubada, quando houver uma cultura agrícola que dê mais lucro do que preservar matas. Então, a economia da floresta se baseia na premissa: uma árvore em pé precisa valer mais, precisa dar mais lucro do que uma árvore derrubada. É algo bastante simples. No entanto, não é o que estamos vendo. Estamos assistindo ao fracasso nas negociações sobre REDD, não se fala mais em MDL (a Bovespa iniciou um programa sobre MDL, e não o concluiu), e nós estamos presenciando, estarecidos, a um fato na direção absolutamente contrária de tudo aquilo que imaginamos, que é a retirada da CIDE sobre a gasolina, imposto que funcionava como uma espécie de carbon tax (taxação de carbono).

Recentemente, representantes do Ministério da Fazenda declararam, durante audiência pública no Senado Federal, que a política tributária precisa obedecer ao princípio da neutralidade, prevista na própria Constituição. Ora, na Constituinte, quando discutíamos esse princípio da neutralidade, a concepção era que, se centenas de empresas caracterizam um setor econômico, todas elas teriam que pagar os mesmos tributos, sem privilégios, a não ser as micro e pequenas empresas. Isso para não privilegiar algumas de mesmo porte, em detrimento de outras.

O fato é que não existe tributação neutra. Elas geram ou corrigem distorções. O próprio Nicholas Stern, no seu conhecido relatório sobre aquecimento global diz: “as mudanças climáticas constituem a mais grave falha de mercado na história do capitalismo.” Como corrigir estas “falhas de mercado”, se, na realidade, a economia de merca-

do não internaliza as externalidades? A única forma de corrigi-las é através da ação do Estado. E uma das formas é via tributação.

“A economia da floresta se baseia na premissa: uma árvore em pé precisa valer mais, precisa dar mais lucro do que uma árvore derrubada.”

Não dá para ignorar o “caráter extra fiscal” da tributação. Ela é indutora de comportamentos desejáveis, e inibidora de comportamentos indesejáveis. É possível utilizar a tributação para conseguir resultados mais rápidos. É o que fez a Alemanha. Lá, uma fraude descartável paga um imposto brutal. Uma fralda de pano não paga impostos. Uma lâmpada incandescente paga um imposto brutal. Uma lâmpada de LED não paga. Com isso, consegue-se induzir comportamentos. É o que se pretende no Brasil: uma reforma tributária ecológica, aproveitando o “caráter extra fiscal” da tributação.

Uma reforma tributária ecológica para cobrar mais daqueles que estão produzindo com energia suja e cobrar menos de quem produz energia limpa, preservando o ambiente. Tributar mais de quem gera mais resíduos, cobrar menos de quem não gera resíduos.

Enfim, a construção de uma nova economia, verde e sustentável, pode ser antecipada. Sem custos, fazendo com habilidade, denodo e perspicácia, com que as forças de mercado trabalhem a nosso favor. Dessa forma, estaremos ajudando a preservar nossos recursos naturais, para as futuras gerações.

UM ANO DE AVANÇOS EM DEFESA DA FAUNA

Deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP)



Como coordenador de Fauna da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional acredito que, em 2013 tivemos um ano de grandes conquistas. No âmbito do Congresso Nacional, nossa atuação em defesa dos animais teve importantes vitórias, tanto nas Comissões Permanentes quanto no Plenário da Câmara dos Deputados.

Promovemos debates relevantes em parceria com a Frente Parlamentar Ambientalista. Para começar, destaque o seminário sobre o comércio ilegal de animais; as discussões sobre a Lista PET elaborada pelo IBAMA e as audiências públicas onde tratamos da preservação da nossa biodiversidade.

Debatemos e apuramos denúncias em relação aos abatedouros brasileiros que operam sem condições de higiene e poluem o meio ambiente. Agimos de maneira rápida no caso envolvendo a matança de dezenas de cães em Santa Cruz do Arari, município paraense situado no arquipélago do Marajó.

Realizamos o I Encontro do Observatório Nacional do Código Florestal e do I Encontro Nacional das

Frentes Parlamentares Ambientistas das Assembleias Legislativas Estaduais. Esse evento contou com a participação dos 17 Grupos de Trabalhos da Frente Parlamentar Ambientalista nos estados. Parlamentares de várias regiões do país apresentaram panorama sobre a implantação do Código Florestal em seus estados.

Também tivemos o privilégio de lançar o primeiro Manual Jurídico de Proteção Animal. Na publicação, feita em parceria com o Movimento de Proteção Animal, elencamos as principais peças jurídicas e administrativas para instrumentalizar as demandas envolvendo crimes e maus tratos contra animais.

Aprovamos o relatório final da Subcomissão Especial Destinada a Acompanhar as Atividades da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, ocorrida em junho de 2012, no Rio de Janeiro.

Uma outra vitória surpreendente ocorreu durante audiência pública que propus sobre a criação do Parque Nacional Marinho dos Alcatrazes. Na ocasião, a Marinha do Brasil anunciou o encerramento dos treinos de tiro realizados na principal ilha do arquipélago de Alcatrazes, a 48 km da cidade paulista de São Sebastião. Há vários anos cobrava a suspensão dessas atividades, que considero prejudiciais para a fauna local.

No Plenário da Câmara dos Deputados também conseguimos um grande avanço para o Grupo de Trabalho de Fauna da Frente Parlamentar Ambientalista. Foi aprovado, por unanimidade, requerimento de urgência urgentíssima para incluir o Projeto de Lei 2833/2011 na pauta de votações. De minha autoria, essa proposta aumenta as penas dos crimes cometidos contra animais.

Esperamos que 2014 seja mais um ano de mais trabalho e novas conquistas!



AUDIÊNCIA DISCUTE DENÚNCIAS DE MAUS TRATOS A ANIMAIS NO INSTITUTO ROYAL

A Comissão do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável e a Frente Parlamentar Ambientalista realizaram, no dia 30 de outubro, audiência pública para discutir as denúncias de maus tratos a animais pelo Instituto Royal, em São Paulo. Ao término da reunião o presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Animais, deputado Ricardo Izar (PSD-SP), anunciou que vai entrar com uma representação no Tribunal de Contas da União (TCU) para que o órgão investigue como o Instituto Royal recebeu, em 2010, aproximadamente R\$ 5 milhões do governo federal para realizar pesquisas, sem possuir registro no Conselho de Controle de Experimentação Animal (Concea), que só foi concedido em setembro deste ano.

A audiência foi requerida pelo deputado Ricardo Trípoli (PSDB-SP), após a invasão do Instituto Royal, localizado na cidade de São Roque, por ativistas na madrugada de 18 de outubro,

quando 178 cães da raça que estavam sendo usados em testes científicos foram retirados do local.

Ricardo Trípoli, que também é relator da comissão externa criada pela Câmara para investigar o caso, afirmou que tem recebido diversos documentos relacionados à entidade.

“Os animais estavam sofrendo no Instituto Royal e a ação do grupo que participou da invasão do prédio foi pacífica”, defendeu. O advogado do Instituto Royal, Alexandre Domingos Serafim, que também participou da audiência, foi vaiado pelos participantes da audiência.

Ao criticar o trabalho do instituto, o deputado afirmou que 95% das empresas de cosméticos no Brasil não utilizam mais animais em testes. No



entanto, não podem exportar seus produtos para determinados países porque ficam prejudicadas pela ação das 5% restantes, que ainda fazem esse tipo de teste.

A médica veterinária Paula Papa, professora da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia - USP, destacou que pesquisas em Etologia e em Neurociência realizadas nas últimas décadas demonstram que os animais têm consciência, sentem alegria e dor, medo e felicidade. “Nós temos que encará-los como seres semelhantes”, declarou a médica.

FRENTE APOIA CAMPANHA: LIBERTE-SE DA CRUELDADE



No dia 23 de outubro, a Frente Parlamentar Ambientalista e a Frente em Defesa dos Direitos Animais promoveram ato simbólico em apoio a campanha: Liberte-se da Crueldade, em conjunto com as entidades de proteção animal Humane Society International (HSI) e ProAnima. A campanha tem como objetivo a proibição nacional de testes em animais para a produção de cosméticos.

O movimento contou com o apoio de 150 parlamentares que assinaram a declaração Liberte-se da Crueldade, da Humane Society International.

Helder Constantino, gerente da Campanha, afirmou que o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal –CONCEA– tem o poder de proibir esses testes em nível nacional com uma regulamentação. “O Ministro da Ciência e Tecnologia preside esse conselho e esperamos que ele ouça a voz dos cidadãos e do Congresso,” defendeu.

O deputado Ricardo Izar (PSD-SP), Presidente da Frente Parlamen-

tar em Defesa dos Animais, defendeu a iniciativa durante o evento. “O que esperamos é mais racionalidade, compaixão, respeito e humanidade com os animais, que embora sejam indefesos, sentem e sofrem”.

O coordenador da Frente, deputado Sarney Filho (PV-MA), também saiu em defesa da campanha. “Vivemos uma intensa evolução cultural e a população brasileira já percebeu essa mudança. Acredito que junto com a conscientização sobre as questões que envolvem o meio ambiente e a sustentabilidade, o olhar da sociedade para o bem-estar animal também mudou”, disse o deputado.

Os testes de produtos e ingredientes cosméticos em animais são banidos em toda a Europa, Israel e Índia, porém, no Brasil, os regulamentos de cosméticos ainda dependem fortemente de testes de toxicidade.

FRENTE DEBATE COMÉRCIO ILEGAL DE ANIMAIS SILVESTRES



O comércio ilegal de animais silvestres no Brasil foi tema de reunião da Frente no dia 28 de agosto. Na ocasião, o deputado Ricardo Trípoli (PSDB-SP) lançou o manual jurídico de proteção aos animais silvestres. A reunião teve o apoio do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal e da Fundação SOS Mata Atlântica.

O manual mostra de forma didática como proceder diante de várias situações, como maus tratos aos animais, como fazer boletins de ocorrência, modelos de petição e outras iniciativas.

A médica veterinária, Ângela Branco, reforçou a campanha “Animal Silvestre não é PET”. Ela denunciou que as lojas de animais acabam fortalecendo o tráfico de espécies silvestres, quando “esquentam” a procedência dos mesmos. A veterinária chamou atenção para o desequilíbrio causado pela retirada de animais silvestres da natureza.

A representante da ONG Mata Ciliar, Cristina Adani, defendeu as iniciativas voltadas para educação em relação aos animais silvestres. “Como podemos falar em proteção do Estado, quando na verda-

de ele não oferece condições para impedir que milhares de espécies sejam retiradas da natureza para alimentar o tráfico de animais?”, questionou a ambientalista. “Os animais enfrentam um sofrimento intenso quando são sequestrados das florestas e a maioria morre”, lamentou.

Ela também criticou o comprador que adquire um animal silvestre e passa a tratá-lo como filho. “A fala do papagaio considerada “engraçada” e seus gestos repetitivos, por exemplo, na verdade são formas de estresse” observou.

MANEJO DA FAUNA SILVESTRE É TEMA DE DISCUSSÃO

A Frente Parlamentar Ambientalista e a RENCTAS – Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres, promoveram café da manhã em abril para discutir os problemas que envolvem o manejo da fauna silvestre, como a criação comercial, conservacionista e científica da fauna nacional e a aplicação de uma política nacional de conservação da biodiversidade.

O coordenador da Renctas, Dener Giovanini, fez um desabafo ao afirmar que a legislação que trata de animais silvestres no país é frágil, causando grande insegurança jurídica para os vários setores envolvidos. “A lei, por exemplo, dá o mesmo tratamento ao grande traficante e a uma pessoa que mantenha um animal silvestre não registrado em casa. Já os criadouros

enfrentam excesso de instrumentos normativos, que são alterados a cada momento”, afirmou Dener Giovanini.

“Precisamos tratar a nossa fauna com o respeito que ela merece. É urgente, também, aprovarmos um Código Nacional de Fauna Silvestre com o objetivo de responder a um anseio da sociedade”, cobrou o ambientalista.

AMBIENTALISTAS QUEREM AMPLIAR DISCUSSÃO SOBRE A LEI GERAL DAS ANTENAS



O projeto da Lei Geral das Antenas (PL 5013/2013), que está em fase final de discussão no Congresso Nacional, está sendo questionado por ambientalistas, Partido Verde e Frente Parlamentar Ambientalista, que conseguiram ganhar mais tempo para o seu debate.

O texto do relator, deputado Edson Santos (PT-RJ), define normas gerais para a instalação de infraestrutura de telecomunicações no País e é considerada fundamental pelo governo federal e empresas para a implantação da tecnologia 4G (quarta geração).

ta geração).

Para os ambientalistas, o governo federal e as operadoras de telefonia celular têm interesse direto na rápida aprovação do projeto, se possível sem nenhuma alteração na comissão especial, para que siga direto para a sanção presidencial, sem ter de retornar ao Senado. O Ministro das Comunicações Paulo Bernardo esteve pessoalmente em audiência pública na Câmara defendendo a proposição.

Após tentativas frustradas, o deputado do Partido Verde, Eurico Júnior (RJ), conseguiu aprovar a realização de duas audiências públicas na comissão especial que permitiu discutir com mais profundidade a proposta.

Entre os pontos questionados estão o procedimento simplificado para o licenciamento ambiental que, de acordo com o PV, "poderá gerar

precedentes perigosos e facilitar o licenciamento de outras áreas para atividades poluidoras e, principalmente, na legislação urbanística do País quanto a diversos aspectos".

A deputada Rosane Ferreira (PV-PR) alertou que a norma pode diminuir o poder dos órgãos ambientais ao impor esse procedimento simples.

O deputado Sarney Filho (PV-MA), afirmou que "a proposição não visa estabelecer normas gerais de política urbana e de proteção à saúde e ao meio ambiente, mas, sim, uniformizar em nível nacional as regras de licenciamento para instalação de infraestrutura de telecomunicações, de forma a obter rapidamente as licenças (principalmente a urbanística, mas também a ambiental) para instalação das antenas". Além disso, segundo o deputado, o projeto de lei fere a legislação urbanística do país em diversos aspectos.

Entre os pontos questionados estão o procedimento simplificado para o licenciamento ambiental que, de acordo com o PV, "poderá gerar

IRRADIAÇÃO PREOCUPA ESPECIALISTA

O professor do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Álvaro Salles, ouvido na audiência pública, também defendeu o estabelecimento de critérios de proteção à saúde humana na Lei Geral das Antenas.

O professor explicou que as normas do ICNIRP, seguida pela Anatel, são antigas (de 1998) e só consideram os efeitos de curto tempo de exposição. "Essa legislação tem que ser revista, para considerar os efeitos da exposição de longa duração, que é a realidade da população atualmente", destacou. Para ele, as pesquisas sobre efeitos dessa exposição devem durar pelo menos de oito a dez anos. Salles citou pesquisa realizada na

Alemanha, que mostra que o risco de casos de câncer é três vezes maior entre pessoas que viveram durante dez anos (de 1994 a 2004) num raio de 400 metros das torres e antenas.

Ele afirmou que a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou em 2011 as radiações de celulares,



internet wifi, bluetooth, estações de rádio e de TV e microondas, por exemplo, como possivelmente cancerígenas.

"É impressionante como o alerta da OMS não resultou em nenhuma ação dos governos para proteger a saúde pública dessas radiações", destacou. Para ele, o uso de fones de ouvido, viva voz, mensagens de texto e de telefone fixo podem ajudar a proteger o cidadão.", alertou.



CMMC DEBATE COM A SOCIEDADE ALTERNATIVAS PARA ENFRENTAR O AQUECIMENTO GLOBAL

A Frente Parlamentar Ambientalista participou dos debates realizados pela Comissão Mista de Mudanças Climáticas - CMMC que foram marcados por diálogos com especialistas e a sociedade civil, em busca de soluções efetivas que limitem as emissões de gases do efeito estufa e previnam desastres ambientais.

Ao assumir este ano a relatoria da CMMC, o deputado Sarney Filho (PV-MA) anunciou que iria se debruçar sobre duas vertentes: o combate às ações que agravam as alterações do clima e a promoção de iniciativas que possam ajudar nas adaptações diante do que já vem ocorrendo em todo o mundo com o aquecimento global.

Durante as discussões houve uma forte cobrança por mais transparência nos trabalhos do governo na elaboração dos Planos Setoriais previstos na Política Nacional sobre

Mudança do Clima.

Na audiência pública realizada em Santa Catarina, que abordou a questão das mudanças climáticas e os desastres naturais, o relator enfatizou que os efeitos do aquecimento global são multiplicados em função da intensa ocupação das áreas de risco, as conhecidas áreas de preservação permanente.

Em Manaus, o tema discutido foi "Mudanças Climáticas e Biodiversidade: PSA e outros instrumentos econômicos". A reunião contou com a presença da presidente da Comissão, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e do relator e vice-presidente, deputado Fernando Ferro (PT-PE).

Na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Alepe), foi debatida a utilização dos recursos da natureza como forma de proteção do ecossistema da Zona Costeira do Es-

tado. Em outubro, foi discutido, em Brasília, o tema: "Clima em Debate: Conferência de Legisladores sobre Mudanças Climáticas".

A frustração de expectativas com a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 19), realizada em novembro em Varsóvia, foi tema da última audiência do ano. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, afirmou que "a COP teve retrocessos, vários países desenvolveram diminuíram suas ambições [de redução de emissões] e um ambiente político muito confuso do ponto de vista das negociações".

O embaixador Marcondes de Carvalho, principal negociador brasileiro em conferências internacionais sobre clima, também lamentou o recuo de países desenvolvidos frente a compromissos assumidos internacionalmente para conter o aquecimento global.

RECOMENDAÇÕES DO RELATÓRIO DA CMMC

O relatório do deputado Sarney Filho (PV-MA) sobre os trabalhos da CMMC foi aprovado no dia 11 de dezembro. O texto reivindica, entre outras medidas, a aprovação imediata de dois projetos: o de pagamentos por serviços ambientais e o que institui o mecanismo de redução das emissões por desmatamento e degradação florestal - REDD, que tem como objetivo a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

"Este trabalho foi feito para o Estado e não para os governos. Foi

construído para assegurar os direitos difusos da sociedade. É um relatório pensado para que a sociedade possa entender as questões que envolvem as mudanças do clima e as ações voltadas para as adaptações e mitigações necessárias para enfrentarmos os seus efeitos", afirmou o deputado.

O relatório defende que as medidas de adaptação devem se basear na manutenção dos ecossistemas naturais, ressaltando que a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos são essenciais para que se tenha maior resiliência.

Entre as prioridades para os próximos anos destacam-se ainda: maior controle do desmatamento nos demais biomas que não a Amazônia (aprovação da PEC do Cerrado); valorizar os ecossistemas naturais, não somente por seu papel na mitigação, mas também para a adaptação; necessidade de harmonizar as políticas estaduais do clima com a PNMC e atenção para o Projeto Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa (GEE) que avalia estratégias de redução de gases do efeito estufa.



PROTESTO É REALIZADO NO PARQUE DO IGUAÇU CONTRA ESTRADA DO COLONO

Ambientalistas e parlamentares se reuniram nos dias 23 e 24 de junho no Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, em protesto contra a reabertura da estrada que até 2001 cortava ao meio um dos últimos remanescentes florestais contínuos de Mata Atlântica.

A construção da “Estrada-Parque Caminho do Colono”, proposta pelo Projeto de Lei (PL) 7.123/2010 impactará e colocará sob ameaça a conservação da biodiversidade em Iguaçu. O Parque Nacional do Iguaçu com seu exuberante conjunto de cataratas é orgulho nacional, considerado uma das Sete Maravilhas da Natureza e Patrimônio Mundial da Humanidade.

O protesto foi promovido pela Frente Parlamentar Ambientalista, Fundação SOS Mata Atlântica, Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA),

Instituto Socioambiental (ISA), Instituto Mater Natura, Associação de Desenvolvimento de Esportes Radicais e Ecologia (ADERE), Associação de Defesa e Educação Ambiental de Foz do Iguaçu (ADEAFI) e Rede Verde. Professores e estudantes da Universidade Federal de Integração latino-americana, de Foz do Iguaçu, também estiveram presentes, além do cantor Guilherme Arantes, o apresentador de TV Richard Rasmussen e o empresário Roberto Klabin.

Os manifestantes levaram faixas e cartazes e entoaram palavras de ordem no primeiro mirante das cataratas, em frente ao hotel do Parque Nacional. Eles também protestaram contra a hidrelétrica do Baixo Iguaçu, prevista para local próximo à divisa do parque, acima das cataratas, a sexta ao redor da área.

“O movimento pela integridade

do Parque do Iguaçu é um símbolo da luta por todas as unidades de conservação e todas as áreas protegidas do País, que estão ameaçadas neste momento por um grande retrocesso na legislação ambiental”, disse Malu Ribeiro, coordenadora de Projetos da SOS Mata Atlântica.

Para Malu Ribeiro, “o Brasil precisa ficar atento a esse verdadeiro ativo que são as áreas protegidas nacionais e não permitir, de forma alguma, atentados contra essas conquistas, que são um patrimônio das atuais e futuras gerações”.

O ator e ambientalista Victor Fasa no alertou que se o projeto for aprovado, vai abrir sério precedente para outros parques e áreas protegidas em todo o país. “Se é possível cortar o Parque do Iguaçu, imaginem o que poderá acontecer em outros parques que ninguém visita”, desabafou.

PROJETO APROVADO NA CÂMARA ESTÁ AGORA NO SENADO

O projeto de lei que propõe a reabertura da Estrada-Parque Caminho do Colono, de autoria do deputado Assis do Couto (PT-PR) seguiu para o Senado sem a necessária discussão no plenário da Câmara dos Deputados, mesmo com a mobilização da Frente Parlamentar Ambientalista, que usou de recursos regimentais para adiar ao máximo a votação do PL na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde tramitou em caráter conclusivo. Ficou também sem discussão no plenário da Câmara, porque parlamentares retiraram suas assinaturas de um recurso apresentado pela deputada Rosane Ferreira (PV-PR).

O diretor de Políticas Públicas da

Fundação SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani, criticou a aceleração da tramitação da proposta na Câmara. “É um absurdo acelerar o trâmite e a análise de uma proposta como esta. A sociedade tem que reagir e pressionar os deputados que estão apoiando a aceleração do trâmite deste projeto de lei, que pode ter consequências graves e definitivas para um dos parques mais importantes e conhecidos do Brasil”, avaliou Mantovani.

Quando foi ministro do Meio Ambiente, o coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado Sarney Filho (PV-MA), esteve à frente do movimento que acabou por fechar a estrada que cortava o parque,

contribuindo para a caça de animais em risco e destruição da Mata Atlântica. “O fim da integridade do Parque Nacional representaria um enorme retrocesso em termos da efetiva gestão ambiental no Estado, deixando de proteger importantes atributos ambientais e cênicos, contrariando a gigantesca base técnica que apontou a área como de proteção integral. E mais, é um Patrimônio Natural da Humanidade”, defendeu o deputado.

A Polícia Federal também se manifestou em ofício à ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, contra a construção da estrada. No ofício, a PF alertou para os riscos da reabertura da Estrada do Colono no interior do Parque do Iguaçu. Segundo o ofício da Polícia Federal, até ser fechada, a Estrada do Colono era “largamente utilizada por criminosos como caminho para transportar mercadorias ilícitas, armas, munições e drogas, além de facilitar a prática de crimes ambientais” e que a reabertura “seria mais um complicador no que se refere ao controle de nossas fronteiras”.



A VEGETAÇÃO SE RECUPEROU, MAS A FAUNA AINDA SOFRE AMEAÇAS

Imagens aéreas mostram que a região por onde passava a Estrada do Colono já se recuperou e hoje voltou a ter floresta, desde o seu fechamento, em 2001.

“A cobertura vegetal já tomou conta, só resta uma cicatriz, mas houve uma extraordinária recuperação da Mata Atlântica. No entanto, os estudos mostram que a população de onça-pintada caiu 90% no Parque”, afirma o chefe do Parque Nacional do Iguaçu, Jorge Pegoraro. Segundo ele, se a estrada for aberta, os riscos de caça aumentam e as onças ficarão ainda mais ameaçadas.

De acordo com Ronaldo Morato, Coordenador do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos e Carnívoros (CENAP) do ICM-Bio, as análises genéticas feitas em 2010 na população do Alto Paraná indicam que ela está sofrendo e, se não tiver ações eficazes e rápidas, a probabilidade de extinção é de 80 anos, de acordo com os modelos matemáticos. Há a necessidade de empenho de todos”, afirmou Morato. Ainda segundo ele, em 2011 a revista Science publicou um estudo que mostrou que a perda de grande predador numa área pode levar ao desaparecimento desse ambiente, o que é muito preocupante.

De acordo com Morato, existem hoje 20 mil armadilhas fotográficas, porém não há mais o registro de queixadas no parque – que são as presas preferidas da onça-pintada. “Então, o risco de extinção da onça também é grande”, afirmou.

O parque também sofre com a caça, pesca e exploração ilegal de palmito. A Unidade de Conservação tem um perímetro total de 420 km e há muitas estradas e pequenas propriedades na região. Ele também se queixa da falta de recursos humanos e materiais para coibir as invasões.

Organizações da sociedade civil

entregaram um carta à Unesco advertido sobre a ameaça ao Patrimônio Natural da Humanidade. O manifesto “10 fatos sobre a estrada do Colono e o Parque Nacional do Iguaçu” foi lançado em setembro, por onze instituições, entre elas a SOS Mata Atlântica, WWF, Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) e o Greenpeace.

O documento alerta para o risco do Parque Nacional do Iguaçu per-

der a designação de Sítio do Patrimônio Mundial Natural, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Para as organizações da sociedade civil a abertura da estrada é um crime ambiental que não irá representar benefícios aos municípios do entorno. A iniciativa abriria também um precedente para alterar gravemente a estrutura de outras Unidades de Conservação no país.

10

Fatos sobre a Estrada do Colono e o Parque Nacional do Iguaçu (PR)

A integridade do Parque Nacional do Iguaçu (PR) está ameaçada por uma nova tentativa de abertura da chamada Estrada do Colono. O Projeto de Lei 7.123 / 2010 foi aprovado na Câmara dos Deputados e segue para o Senado, sem o devido debate com a sociedade brasileira. Tal medida não deve ser aprovada pelo Congresso Nacional. Ela afetaria diretamente um sítio do Patrimônio Mundial reconhecido pelas Nações Unidas, um abrigo de uma das Novas Maravilhas Mundiais da Natureza (as Cataratas do Iguaçu), uma fonte regional de trabalho e renda e um atrativo turístico internacional.

1. O Parque Nacional do Iguaçu foi criado em 1939. A chamada Estrada do Colono foi aberta em 1954, como uma picada no meio da mata, mas já de forma ilegal.
2. A estrada foi fechada definitivamente em 2001 por iniciativa do Governo Federal, que se comprometeu junto às Nações Unidas a não permitir sua reabertura e a promover o desenvolvimento sustentável nos municípios no entorno do Parque Nacional do Iguaçu. Na época, a estrada já era reconhecida como maior ameaça à integridade do sítio do Patrimônio Mundial Natural.
3. A lei que regula o Sistema Nacional de Unidades de Conservação foi debatida por 20 anos no Congresso Nacional, foi lançada em 2000 e não reconhece “estradas parque”. Essa figura não carrega nenhum significado ambiental.
4. Os 18 quilômetros da antiga estrada desapareceram com a recuperação da vegetação nativa. Abri-los levaria ao desmatamento de 17 mil metros quadrados de Mata Atlântica, cortando ao meio um dos últimos grandes remanescentes íntegros do bioma na Região Sul.
5. A Estrada do Colono não promoverá conservação e nem incentivará o turismo regional, pois não liga atrativos significativos ao principal fluxo turístico rumo ao Parque Nacional do Iguaçu.
6. Historicamente, a Estrada do Colono sempre levou crimes ambientais ao interior do Parque Nacional do Iguaçu, como caça, pesca, queimadas, desmatamento e atropelamento de animais.
7. A Polícia Federal não recomenda a abertura da Estrada do Colono, pois reconhece o risco que ela oferece à segurança fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai.
8. O Parque Nacional do Iguaçu foi listado pelas Nações Unidas como sítio ameaçado do Patrimônio Mundial Natural entre 1999 e 2001, justamente pela tentativa de abertura da Estrada do Colono. Outra ameaça ao título internacional se dá agora com o licenciamento da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu.
9. Por meio do ICMS Ecológico, o Parque Nacional do Iguaçu repassa todo ano cerca de R\$ 9 milhões a municípios no seu entorno, e arrecada R\$ 17 milhões anuais com ingressos pagos pelos mais de 1,5 milhões de visitantes.
10. Abrir a Estrada do Colono é um grave risco não apenas à integridade do Parque Nacional do Iguaçu, mas também à imagem do Brasil junto à Comunidade Internacional, com a qual o país mantém uma série de compromissos ambientais, sociais e econômicos.



RESÍDUOS SÓLIDOS

FRENTE DEBATE DESAFIOS PARA IMPLEMENTAR A LEI DOS RESÍDUOS SÓLIDOS



As dificuldades para implementar a Lei de Resíduos Sólidos, aprovada em 2010; a falta de comando da política de resíduos sólidos; as dificuldades dos estados e municípios de elaborarem os Planos Estaduais e Municipais de Resíduos Sólidos; e as denúncias sobre corrupção no processo de coleta do lixo estão entre as questões que marcaram o seminário: “Desafios para a Implementação da Lei dos Resíduos Sólidos”, realizado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Frente Parlamentar Ambientalista, no dia 6 de junho.

Os participantes avaliaram quatro questões: Produção e Consumo Sustentáveis; Redução dos Impactos Ambientais; Geração de Trabalho, Emprego e Renda; e Educação Ambiental.

Para o diretor de Políticas Públicas da SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani, o setor de coleta de lixo tornou-se foco de corrupção por responder pela maior parcela dos orçamentos municipais. “As empresas que fazem coleta são uma máfia que se instalou hoje no País e que precisamos combater”, defendeu.

De acordo com estudo da Abrelpe (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública), apresentado no seminário, mais de três mil municípios ainda dão destinação inadequada a quase 24 milhões de toneladas de resíduos sólidos ao ano, que con-

tinuam sendo despejados em lixões e nos chamados aterros sanitários. Segundo cálculos do Ministério do Meio Ambiente, a falta de gerenciamento do lixo representou, em 2011, um desperdício de R\$ 8 bilhões, já que muito material que poderia ser reciclado não foi aproveitado.

O secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Ney Maranhão, reconheceu que muitas prefeituras estão encontrando dificuldades para cumprir a lei. Maranhão admitiu que o tema é complexo e vai além da busca pela destinação adequada do lixo gerado. A solução, no seu entendimento, passa também pela reavaliação dos modos de produção e consumo no Brasil.

Ao analisar os entraves e dificuldades, o chefe do Departamento de Engenharia Térmica e Fluidos da Universidade de Campinas (Unicamp), Waldir Bizzo, afirmou que a gestão eficiente dos resíduos urbanos depende da atuação direta das prefeituras. No entanto, conforme ressaltou, na década de 90, a maioria dos municípios brasileiros terceirizou esse serviço e hoje são extremamente ineficientes na condução do setor.

O professor Bizzo ressaltou que a coleta de resíduos urbanos consome, em média, 5% das verbas das prefeituras. Nacionalmente, trata-se de um mercado que movimenta cerca de R\$ 18 bilhões anuais, conforme calculou.

LOGÍSTICA REVERSA

A gerente de projetos da Associação Técnica Brasileira da Indústria de Vidro (Abividro), Ana Paula Bernardes, cobrou que o poder público assuma o comando da política de resíduos sólidos. Para a dirigente, “o governo tem de decidir a responsabilidade de cada elo da cadeia produtiva e apresentar a parte da conta que cabe a cada um”. Do contrário, afirmou, sistemas de logística reversa e reciclagem ficarão restritos a grandes centros.

O gerente de Projetos da Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente, Ronaldo Hipólito Soares, ressaltou que a lei apresenta duas possibilidades para a definição das responsabilidades dentro da política de gestão de resíduos – por decisão do próprio setor produtivo ou por decreto.

A coordenadora do Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Material Reciclável, Daniela Gomes Metello, lembrou que, dos 5.561 municípios brasileiros, 2.800 ainda contam com lixões. Pela lei, esses locais têm de ser desativados até agosto de 2015.

FIM DOS LIXÕES ESBARRA NA FALTA DE RECURSOS E CAPACITAÇÃO MUNICIPAL

Deputado Dr. Paulo César (PR-RJ)

A Política Nacional de Resíduos Sólidos foi instituída em 2010, mas, até hoje, não conseguiu contemplar um de seus principais objetivos: erradicar os lixões no País. Faltando apenas oito meses para o prazo final, previsto na Lei 12.305, para o fim dos lixões, a maioria das prefeituras brasileiras sequer elaborou seus planos de gestão de resíduos, instrumento necessário para ordenar a administração municipal no tocante ao tema. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA, em 2008, os lixões de municípios de pequeno porte eram responsáveis por 96% dos lixões existentes. Sendo a região Nordeste, a responsável pela maioria dos lixões, 57%. Hoje, os lixões ainda estão presentes em quase metade dos municípios brasileiros. “O Brasil tem 2.906 lixões em atividade e das 189 mil toneladas de resíduos sólidos produzidas por dia apenas 1,4% é reciclado, dizer que daqui a oito meses os lixões precisam estar extintos é um objetivo um pouco fora da realidade”, disse o Deputado Dr. Paulo César, um dos integrantes da Frente Parlamentar Ambientalista.

Além da falta de estrutura na “ponta”, que impede a execução da Lei. Instrumentos importantes como

a coleta seletiva e a logística reversa, sequer saíram do papel e motivaram mais de trinta novos projetos que hoje tramitam na Câmara dos Deputados e buscam “aperfeiçoar” a nova Lei. Para reunir todas essas demandas e na busca de aproximar a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Câmara dos Deputados trabalha na constituição de uma Comissão Especial, ainda em fase indicação dos seus membros. Dr. Paulo César que já foi indicado pelo Partido da República para integrar a Comissão, diz que a saída é uma revisão dos prazos. “Acho complicado você estender o prazo porque acaba autorizando o município a continuar degradando, mas se as prefeituras brasileiras forem punidas e ficarem sem os repasses federais, a situação só vai agravar”, disse.

Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, entre 2011 e 2012, foram abertos dois editais em parceria com a Caixa Econômica para a elaboração de Planos de Gestão dos Resíduos Sólidos. Menos de 200 municípios apresentaram propostas e metade, destes projetos foram

considerados insuficientes para terem acesso aos recursos. Foram 60 bilhões de reais e no final menos de 30 contratos foram concretizados. “Acho que esses dados revelam bem qual é a maior dificuldade para que a Lei se torne efetiva, nenhum prefeito quer um lixão na sua cidade, mas, não adianta você dar a vara, o anzol e a ração se não ensinar a pescar!”, disse o parlamentar fluminense. Dr. Paulo César aponta o excesso de burocracia e a falta de capacitação dos entes federados como os maiores entraves. “É preciso educar a população e formar técnicos e especialistas para atuarem no setor, enquanto isso não acontecer, estaremos viven-



do uma utopia, esperando que a Lei, que é excepcional, funcione sem oferecer instrumentos para que ela seja viabilizada na prática”, finaliza.

O dado revela uma realidade que os gestores municipais conhecem bem, como elaborar Planos Municipais de Gestão de Resíduos, como ter acesso a fontes de financiamento federais, sem corpo técnico, sem equipe preparada para tal?

De todos os projetos que tramitam na Câmara dos Deputados, a maioria deles aborda duas questões: recursos e logística reversa. Outro ponto importante, determinado em Lei, mas de difícil aplicação. Logística reversa é quando o fabricante do produto é responsável pelo retorno dele ao local de produção. Pilhas e baterias são os maiores problemas, fraldas, outro... Lixo hospitalar, problema gravíssimo. Como vamos conseguir conscientizar a população de que é

importante ela devolver o frasco de remédio vencido, se as farmácias não recebem esse produto? Façam uma experiência, peguem aquele remédio que está vencido na sua prateleira e tente descartar em local apropriado...

Eu defendo que a maioria das mazelas sociais, da poluição ambiental, da violência contra a mulher, do trabalho infantil, e agora da falta de aplicabilidade da Política Nacional de Resíduos sólidos perpassa uma questão básica, essencial e urgente: a educação! Até hoje, com tanta informação, assistimos passageiros atirarem lixo pela janela! Até hoje, 99 por cento da população não sabe separar o lixo corretamente e volta e meia a gente chega perto de uma caçamba escrita lixo seco, e tá lá um monte de saco de lixo de alimentos e tudo mais...

No Brasil são produzidas, diariamente, cerca de 250 mil toneladas

de lixo. Sendo que a cidade de São Paulo é a que mais produz lixo no país, com cerca de 19 mil toneladas por dia. Hoje, depois de três anos da Lei que determina o fim dos lixões, o País ainda possui vinte por cento de lixões, vinte e três por cento de aterros controlados (quase lixões) e somente cinquenta e três por cento de aterros sanitários.

De acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais, a Abrelpe, apenas 60% do lixo do Brasil terá destino correto em 2014, quando vence o prazo dado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos para que as cidades acabem com os lixões. Caso contrário, de acordo com a Lei, os municípios com lixões perderão os recursos federais e entram para a lista de inadimplência. A questão é séria, é urgente e importantíssima! Mãos à obra, conto com vocês!



Momentos da Frente 2013



Donizete Tokarski no Café da PEC do Cerrado



Manifestação indígena contra a PEC 215 em Outubro, na Esplanada dos Ministérios



Deputados Penna e Sarney Filho em audiência pública sobre o Instituto Royal



Deputado Marcio Macedo (PT-SE) divulga campanha da WWF-Brasil



Vereadores no I Encontro Nacional das Frentes Parlamentares Ambientais



Café do Código de Mineração



Deputado Sarney Filho recebe manifesto de ONG's durante o Seminário Clima em Debate



Relator do código de mineração, Leonardo Quintão (PMDB-MG), recebe carta de manifesto das ONG's



Audiência com proprietários de RPPN's e especialistas



Coral das crianças no café da Frente "Silvestre não é pet"



Raoni, Chefe Kaiapó com os deputados Penna (PV-SP), Ricardo Tripoli (PSDB-SP) e Janete Capiberibe (PSB-AP)



Greenpeace e parlamentares da Frente discutem com Senador Renan Calheiros liberação de ativistas



Em outubro, índios fizeram nova manifestação na Câmara dos Deputados



Reunião técnica parlamentares/ONG's sobre o novo código de mineração



Deputados Antonio Roberto (PV-MG), Penna (PV-SP) e Ricardo Tripoli (PSDB-SP)

MANIFESTAÇÃO CONTRA A PEC 215 REÚNE ÍNDIOS E PARLAMENTARES

Para marcar o Dia do Índio, comemorado no dia 19 de abril, a Frente Parlamentar Ambientalista realizou um evento, onde índios e parlamentares alertaram para as tentativas de mudanças na legislação que ameaçam as terras indígenas. A cerimônia ocorreu três dias depois que mais de 300 índios invadiram o Plenário da Câmara dos Deputados, em protesto contra a PEC 215.

Participaram do evento, realizado numa tenda ecológica montada no gramado em frente ao Congresso Nacional, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Chico Alencarv(PSOL-RJ), Rosane Ferreira (PV-PR), Penna (PV-SP), Domingos Dutra (PT-MA) e padre Ton (PT-RO), além de lideranças indígenas, como, Álvaro Tucano.

Os presentes criticaram a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 215, que transfere do exe-



cutivo para o legislativo a atribuição de criar e demarcar áreas indígenas, de quilombolas e de proteção ambiental. Indígenas e ambientalistas avaliaram que só o governo federal tem os meios materiais para fazer os estudos antropológicos e sociológicos necessários para a criação de terras indígenas "A responsabilidade é do governo brasileiro e não do con-

gressista latifundiário, que só quer plantar soja e devastar a natureza", afirmou Álvaro Tucano.

O coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista deputado Sarney Filho (PV-MA) anunciou a criação do Grupo de Trabalho de Defesa aos Povos Indígenas. O novo GT da Frente, coordenado pelo deputado Penna (PV-SP)

ficou encarregado de discutir a PEC 215 e a portaria 303 que retirou poderes da Funai.

"Junto com a Frente de Defesa das Populações Indígenas, coordenada pelo

padre Ton vamos lutar para que os índios não percam os direitos garantidos pela Constituição", afirmou Sarney Filho.

"Se essa emenda constitucional passar, ela vai, de uma vez por todas, colocar por terra a política ambiental e a política indigenista. É importante o movimento dos índios, para que a gente possa impedir a sua aprovação e renegociar todas as questões relativas a meio ambiente e à causa indígena", disse o deputado.

O índio Haru Kuntanawa, do Acre, defendeu a negociação como forma de evitar conflitos e tensões, tanto no Parlamento quanto no entorno de terras indígenas. "Mais de 700 índios estão aí reivindicando os nossos direitos. A gente não quer chegar aqui com a lança na mão para confrontar o governo brasileiro. A nossa lança hoje é o diálogo, colocando, de forma transparente, a nossa maneira de vida em respeito à natureza", afirmou.

A cerimônia também foi marcada pelo lançamento do relatório final da Comissão Externa da Câmara, coordenada por Sarney Filho, sobre a situação dos índios Guaraní-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul. "A nossa posição é que a fazenda onde as famílias estão acampadas seja desapropriada e a terra entregue para os índios", disse Sarney Filho.



UM ANO MARCADO POR ATAQUES AOS DIREITOS DOS ÍNDIOS

Uma permanente queda de braço entre lideranças indígenas, organizações e parlamentares ligados à questão indígena e a bancada ruralista mobilizaram a Frente Parlamentar Ambientalista em 2013.

Depois de aprovarem as mudanças no Código Florestal, que deixou brechas para mais desmatamentos em área de preservação permanente e de reserva legal, os ruralistas passaram a pressionar pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional - PEC 215.

Após a cerimônia da Frente Parlamentar Ambientalista, que marcou as comemorações da semana em que se comemora o Dia do Índio, no dia 16 de abril, e na qual foi criado o Grupo de Trabalho em Defesa dos Povos Indígenas, cerca de 300 índios de diversas etnias invadiram o plenário da Câmara por cerca de 40 minutos, em protesto contra o retrocesso nos direitos indígenas.



Eles cobraram a não instalação da comissão especial que iria analisar a PEC 215.

A manifestação permitiu adiar a criação da comissão especial e, ao mesmo tempo, criar o Grupo de Trabalho em Defesa dos Povos Indígenas com o objetivo de discutir a luta pela terra e sua demarcação, qualidade de vida, resgate das tradições e inserção digna na sociedade. Contudo, em dezembro, no apagar das luzes do ano legislativo, os ruralistas criaram a comissão especial, apesar

dos protestos.

Participaram do GT, presidido pelo deputado Lincoln Portela (PR-MG), o presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Indígenas, padre Ton, deputados Chico Alencar (PSOL-RJ) e Sarney Filho (PV-MA) e índios das etnias Guaj, Ninawá, Truká, Tupiniquim, Tuxá, Guarani, Nhandewa, Kaingang, Terena, Guarani e Fulni-ô.

Ruralistas, que tinham direito à vagas na comissão paritária, não apresentaram indicação de representantes.

RELATÓRIO PROPÕE ARQUIVAMENTO DA PEC 215



Depois de ouvir deputados, juristas, representantes e lideranças indígenas e outros profissionais que militam em prol das causas indígenas, o relatório propôs o arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição - PEC 215, de 2000, e das demais apensadas.

O relatório de Lincoln Portela (PR-MG), que reuniu as propostas dos parlamentares e dos indígenas,

foi entregue ao presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), destacou a posição dos juristas Dalmo Dallari, professor emérito da Universidade de São Paulo, e Carlos Frederico Marés, ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Eles alertaram que diante da inconstitucionalidade da PEC 215 "se faz necessária e urgente a mobiliza-

ção das pessoas e entidades que defendam os direitos fundamentais das comunidades indígenas, para exigir o respeito aos direitos constitucionais dos índios brasileiros."

No dia 30 de setembro, 30 etnias indígenas voltaram a se manifestar em defesa de seus direitos. Os índios ficaram acampados no gramado próximo ao Congresso Nacional e contaram com o apoio de quilombolas, ativistas, professores, pequenos agricultores e trabalhadores rurais sem terra.

O movimento Mobilização Nacional Indígena começou no dia 30 de setembro e se estendeu até o dia 5 de outubro, quando a Constituinte completou 25 anos. Os índios cobravam o arquivamento da PEC 215 e do Projeto de Lei Complementar PLP 227 - que também propõe mudanças polêmicas no processo de demarcação de terras indígenas.

O NOVO CÓDIGO DE MINERAÇÃO



O Projeto de Lei do novo marco regulatório da atividade mineradora, PL 5.807/2013, tem recebido críticas de vários setores. E uma das principais se deve ao seu caráter antidemocrático, porque foi elaborado nos gabinetes de Brasília sem a participação da sociedade civil. Além disso, a proposta não disciplina de forma adequada os enormes impactos socioambientais causados pelas empresas.

O Código Mineral vigorará pelas próximas décadas e será a base jurídica para a expansão do setor no país, por isso tem sido intensamente discutido pelos parlamentares em diversas Comissões Temáticas da Câmara dos Deputados. Dentre os que se dedicam às discussões, destaca-se o Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), preocupado com impactos que a atividade mineradora pode provocar em seu estado. No Pará encontram-se uma das maiores reservas minerais do país.

Em debate promovido pela Frente Parlamentar Ambientalista, o parlamentar paraense afirmou que a atividade de exploração de minérios exerce profunda pressão sobre as florestas e isso, por si só, importa em degradação ambiental, pois esse é o quadro vigente no entorno das áreas de mineração. "Sabemos que a atividade de mineração altera

profundamente o quadro urbano, gerando mais demandas na infraestrutura existente, e não raramente provocando pobreza", declarou o parlamentar. Por isso, segundo o Deputado, é preciso esgarçar ao máximo esse debate sobre o novo marco da mineração brasileira. Um debate absolutamente importante pela dimensão e pela vocação minerária que o Brasil tem.

"O Brasil é um dos 5 países no mundo, junto com a China, Índia, EUA e Rússia, com maior potencial mineral. Hoje boa parte da nossa economia se dá em função do peso que esse segmento tem, principalmente, na exportação de commodities de minério de ferro, que representa quase 64 % de toda produção mineral brasileira. Infelizmente, a relação da atividade minerária no Brasil com a distribuição de seus recursos e com os passivos ambientais que tem gerado não são das melhores", afirmou.

Em evento realizado pela Comissão da Amazônia e Integração Nacional da Câmara dos Deputados, o deputado repudiou a proposta do governo, afirmando que o código é feito sob medida para as grandes mineradoras, responsáveis por grandes passivos ambientais e com o ser humano. O parlamentar defende a cobrança de uma maior responsabi-

lização pelos danos socioambientais, de forma que seja obrigatória a internalização dos custos da degradação ambiental e dos desajustes sociais..

"Precisamos desenvolver um modelo de exploração em que as questões socioambientais ganhem novos contornos. Um modelo em que haja um sistema mais eficiente de compensação financeira devida pelos impactos e danos ao meio-ambiente, cujos valores seriam revertidos imediata e diretamente na reconstituição das áreas degradadas ou na criação de parques ecológicos. Um modelo em que haja uma maior integração de esforços entre os órgãos ambientais federais e estaduais", completou.



CÓDIGO DE MINERÇÃO RECEBE CRÍTICAS



A Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável – CMADS e a Frente Parlamentar Ambientalista debateram em duas audiências o novo Código de Mineração (PL 37/11). O deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA) destacou que o debate sobre o tema “é de extrema relevância para o Brasil e, especialmente, para os Estados e municípios

mineradores”.

Os deputados Chico Alencar (PSOL-RJ), Rosane Ferreira (PV-PR) e o padre Ari Antônio alertaram que o projeto é um retrocesso do ponto de vista socioambiental.

O relator, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), rebateu as críticas e sustentou que projetos que representam investimentos de mais 70 bilhões de reais aguardam pela nova legislação. Quintão relatou que visitou vários estados e órgãos, como o DNPM, que afirmou estar sucateado.

Quintão disse que atendeu às reivindicações dos ambientalistas em seu parecer, citando a realização de zoneamento das áreas de minera-

ção, que está entre as propostas de emendas que foram apresentadas pelo coordenador da Frente, deputado Sarney Filho (PV-MA).

Para o deputado Ivan Valente (PSOL-SP), o artigo de número 109 do projeto tem que ser suprimido, devido sua “inconstitucionalidade”, ao condicionar a criação de qualquer atividade ou limitação que tenha potencial de criar impedimento à atividade de mineração, tais como a construção de obra de grande porte, criação de unidade de conservação ambiental, demarcação de terra indígena, assentamentos rurais e definição de comunidades quilombolas, a prévia anuência da futura Agência Nacional de Mineração – ANM.

O XISTO E O AQUIFERO GUARANI

Rosane Ferreira (PV-PR)

No final de novembro a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) realizou leilão para exploração de mais uma fonte fóssil - portanto, geradora de efeito estufa - o gás de xisto. A ANP está comemorando os resultados do leilão: dos 19 blocos ofertados na Bacia do Paraná 16 foram arrematados. Todavia, os paranaenses e os brasileiros em geral não têm o que festejar, afinal a exploração de gás de xisto é uma das atividades industriais mais danosas ao meio ambiente.

De fato, a tecnologia empregada para exploração do gás de xisto, o fraturamento (ou fracking, em inglês), consiste na injeção no subsolo de um grande volume de água a alta pressão, misturado com várias substâncias químicas. Um tubo entra na terra, atravessa o lençol freático até chegar às rochas de xisto (em forma de folhas ou “folhelhos”) que armazenam o gás. Com a pressão as rochas se quebram (fraturam) e liberam o gás acumulado nas fendas. Ocorre que não há como controlar a liberação de gás no subsolo e tampouco a água poluída, de

forma que gás e água contaminada vazam até o lençol freático mais acima, poluindo tudo.

No caso do Paraná, devemos observar que o trecho do Aquífero Guarani no subsolo do estado corre perigo. O Aquífero Guarani é um dos maiores reservatórios de água doce do mundo. Estima-se que acumule 40 trilhões de metros cúbicos de água, no subsolo de quatro países (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e oito estados brasileiros: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Um grande desastre está sendo anunciado no Paraná com a instalação dessa indústria, porque todos já sabem o que pode ocorrer: a contaminação deste grande patrimônio em águas. Na Pensilvânia, Estados Unidos, a instalação de indústrias de gás de xisto contaminou todas as fontes de água da região e inviabilizou a agropecuária. O gás metano, que estava misturado com o produto entrou

nas redes de distribuição de água e, hoje, quando se acende um fósforo as chamas aparecem em meio à água da torneira. Na região, rios e lagos estão poluídos por conta do gás que ascende à superfície e pela enorme quantidade de água despejada como rejeito da atividade.

Portanto, nossa preocupação tem seus motivos. Lamentavelmente a ANP e o Governo não ouviram a sociedade, os ambientalistas, os cientistas, o Ibama, o ICMBio e o MMA. Por isso, faço o alerta: se não forem adotadas medidas muito rígidas de controle o Aquífero Guarani no Paraná será irremediavelmente afetado.



OS RISCOS DA EXPLORAÇÃO DO GÁS DE XISTO FORAM DEBATIDOS NA CÂMARA



Os especialistas da área esclareceram durante o debate que o chamado gás de xisto é, na verdade, um gás natural extraído de folhelho (shale gas, em inglês). Folhelho é uma rocha

A possibilidade de exploração do gás de xisto em breve, no Brasil, e os riscos de contaminação de lençóis freáticos e o uso excessivo da água foram debatidos, no dia 5 de dezembro, durante audiência pública promovida pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Frente Parlamentar Ambientalista. O coordenador da Frente, deputado Sarney Filho (PV-MA), afirmou que o país não tem segurança tecnológica para isso e anunciou que deu entrada em projeto de lei que fixa uma moratória de cinco anos, a exemplo de países da União Europeia, como a França.

A preocupação com o gás levou a Academia Brasileira de Ciências (ABC) a enviar uma carta à presidente Dilma Rousseff, solicitando a suspensão da licitação para a exploração do gás de xisto, até que estudos mais conclusivos sobre a questão sejam realizados. No documento, a presidente da SBPC, Helena Nader, e o presidente da ABC, Jacob Palis, justificam sua preocupação pelo fato de que a exploração econômica do gás de xisto vir sendo muito questionada pelos danos ambientais irreversíveis que podem causar.

argilosa de origem sedimentar e o xisto é uma rocha metamórfica, de outra origem, portanto. Mas, há uma longa e equivocada tradição brasileira de chamar folhelho (shale) de xisto (schist).

“A exploração do xisto é relativamente nova. Tem ocorrido com bastante intensidade em países com resultados gravíssimos de impacto ambiental e na saúde humana”, afirmou Sarney Filho. Os problemas ocorrem em função do chamado fraturamento hidráulica. Nesse processo, toneladas de água misturadas a produtos químicos e areia são injetadas na rocha para se extrair o gás, após furos verticais e horizontais. A água usada volta à superfície já poluída por hidrocarbonetos, metais e aditivos químicos.

O coordenador da Campanha de Energia do Greenpeace, Ricardo Baitelo, defendeu que o uso do gás de xisto não é imprescindível neste momento. “Ainda que a demanda energética nacional aumente mais de duas vezes até 2050, temos fontes renováveis e reservas de gás convencional suficientes para suprir a demanda do setor industrial e elétrico”,

justificou.

Para Carlos Alberto Bocuhy, do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental, o País “não pode embarcar em uma aventura tecnológica (exploração de gás de xisto) ainda sem respostas”.

O professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Luiz Fernando Scheibe, alertou que a exploração de gás não convencional, ou de xisto, no País, deve ser submetida a uma avaliação ambiental estratégica antes de autorizada. A avaliação, prevista legalmente, é um instrumento mais amplo do que os estudos de impacto ambiental normalmente utilizados para o licenciamento de empreendimentos energéticos.

Também pesquisador do tema e Conselheiro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Jailson de Andrade, lembrou que a maioria dos estudos sobre o assunto aponta a necessidade de avaliações prévias locais para exploração. Segundo ele, ainda há muita controvérsia científica quanto à questão.

Otaviano da Cruz Pessoa, gerente-geral da Gerência Executiva de Exploração da Petrobras, reconheceu que, de fato, há riscos na exploração de gás de xisto. Mas, segundo ele, são riscos inerentes a qualquer atividade energética, inclusive de gás convencional. “A única diferença do gás de xisto em relação ao tradicional é que, no caso do xisto, as rochas onde está o gás têm menos fluidos e, por isso, você tem que perfurar milhares de poços”, explicou Pessoa.

De acordo com Luciano Teixeira, representante da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), os riscos inerentes à exploração de gás de xisto são reais e devem ser mais bem conhecidos e mitigados. Mas, segundo ele, a exploração comercial do produto dependerá de autorização prévia, a partir de critérios que devem ser divulgados pela agência em janeiro, em uma nova regulamentação.

DIA DO CERRADO



O evento da Frente para o Dia do Cerrado, em 11 de setembro, foi marcado por críticas à falta de uma política de proteção ao Cerrado. Parlamentares e organizações não governamentais, como a SOS Mata Atlântica, citaram a tentativa de aprovar a Proposta de Emenda Constitucional – PEC 215, que transfere do Executivo para o Congresso Nacional a prerrogativa de criar e alterar limites de áreas indígenas, de quilombolas e de proteção ambiental.

“No rastro da flexibilização do Código Florestal, os estados estão aprovando códigos estaduais, como Minas Gerais e Goiás, que permitem mais desmatamentos em áreas de preservação permanente (APPs), situação que ficará ainda mais grave se o Congresso aprovar a PEC 215”, alertou Sarney Filho.

“O Cerrado é visto como lixo que precisa ser destruído para dar lugar à monocultura”

O deputado Amauri Teixeira (PT-BA) também criticou a política da monocultura que, segundo ele, está fragilizando e degradando o Cerrado na Bahia. “A grilagem e o trabalho escravo já tinham atingido o Oes-

te do estado, agora o agronegócio está ocupando o que ainda temos de áreas naturais”, afirmou o parlamentar. Teixeira também alertou para a diminuição do volume das águas que alimentam os rios, como o São Francisco.

Donizete Tokarski, da Ecodata, fez um desabafo: “O bioma está sendo dizimado. O Cerrado é visto como um lixo que precisa ser destruído para dar lugar à monocultura. Desde

o governo Juscelino Kubitschek, não foram criadas novas áreas protegidas e temos, hoje, apenas 5% do Cerrado transformados em Parques e reservas”, lamentou Donizete.

Jaci Guimarães, ambientalista que trabalha no plantio de ananás na região do Rio Descoberto (DF), um abacaxi nativo do Cerrado, também alertou para o aumento dos desmatamentos e para o empobrecimento da biodiversidade.



MARINA SANT'ANNA: AÇÕES PARA A PRESERVAÇÃO DO CERRADO

A deputada Marina Sant'Anna (PT-GO) apresentou, em setembro, o projeto de lei 6324/2013, que cria o Regime de Uso do Bioma Cerrado, com estratégias de conservação, preservação, proteção, utilização e regeneração. Segundo maior bioma do Brasil, o Cerrado corre sérios perigos, decorrentes de um processo histórico recente de ocupação, com a interiorização da capital brasileira, a abertura de estradas e, principalmente, a expansão da fronteira agrícola. Nos últimos 50 anos, o bioma perdeu metade de sua cobertura original.

O projeto traz propostas diversificadas de conservação para o Cerrado. “Entendemos que todas as estratégias de conservação devem ser incentivadas no bioma, incluindo não somente a criação e a implantação de unidades de conservação, mas também a criação de corredores de biodiversidade, a conservação em terras privadas, o extrativismo sustentável, a educação ambiental e a capacitação, os instrumentos econômicos e as diversas estratégias de planejamento mencionadas na proposição”, informa Marina Sant'Anna, titular da Comissão de Meio Ambien-

te e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.

O texto dialoga diretamente com a Proposta de Emenda à Constituição que torna o Cerrado e a Caatinga patrimônios nacionais (PEC 504/10 e apensadas). Atualmente, a Constituição considera patrimônios a Amazônia, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal e a Zona Costeira. Nesse sentido, Marina, que é coordenadora do Grupo de Trabalho do Cerrado, da Frente Parlamentar Ambientalista, chama atenção para a premente necessidade de aprovação da PEC do Cerrado.

“Temos que ter uma atenção especial com este bioma porque a devastação da biodiversidade do Cerrado (flora e fauna) é muito grande. Isso se dá por causa do eixo de desenvolvimento econômico da região do Centro-Oeste, muito baseado no agronegócio, e na monocultura, que não permite a recuperação do solo”, destacou Marina Sant'Anna. Segundo a parlamentar, o Cerrado está entre os biomas mais destruídos do planeta com mais de 70% da vegetação devastada.

De acordo com estudos da ONG Conservation Internacional, o Cerra-



do tem perdido dois milhões de hectares por ano, o que pode provocar a extinção do bioma até 2030. Dados do Ministério do Meio Ambiente ainda revelam que 137 espécies de animais que ocorrem no bioma estão ameaçadas de extinção. Para a deputada Marina Sant'Anna, o País não pode permitir que um bioma nacional de tamanha beleza e importância geracional tenha esse fim.

A primeira proposta que torna o Cerrado patrimônio nacional (PEC 150/95) é de autoria do ex-deputado petista Pedro Wilson (GO). Proveniente dessa proposta, a PEC 504/10 encontra-se pronta para ser votada no plenário. Já o projeto de autoria da deputada Marina Sant'Anna, será apreciado por uma comissão especial da Câmara dos Deputados.



ESPECIALISTAS ALERTAM PARA O ENFRAQUECIMENTO DE ÓRGÃOS AMBIENTAIS



O Sisnama – Sistema Nacional do Meio Ambiente e os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente – foram discutidos durante evento da Frente, realizado no dia 24 de outubro, em comemoração aos 32 anos da criação do Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA. Na data foi prestada homenagem ao professor e ecólogo Paulo Nogueira Neto, por seu papel fundamental na implantação de uma política para o meio ambiente no país.

A reunião foi presidida pelo deputado Fernando Ferro (PT-PE), autor do requerimento para o encontro, que contou com a participação da representante do Ministério Público Federal, Sandra Cureau; da Asibama, Ana Maria Evaristo Cruz; do Ibama, Volney Zanardy Júnior; da ABEMA, Hélio Gurgel e do PresERVE Amazônia, Marcos Mariani.

Os parlamentares e especialistas alertaram para os problemas que vêm ocorrendo na implantação do PNMA ao longo de três décadas, para

as lacunas existentes na legislação ambiental e as barreiras para a implementação de leis e instrumentos para a proteção do meio ambiente.

Dentre os pontos expostos, evidenciou-se que embora o Brasil tenha avançado em relação à consciência ecológica e à criação de leis e políticas ambientais nas últimas décadas, ainda há grandes barreiras e desafios políticos e técnicos para uma implementação mais eficiente das ferramentas de proteção ambiental.

As principais críticas foram direcionadas a alguns instrumentos do PNMA que ainda não foram totalmente implementados ou que estão aquém das expectativas.

Foi destacado o caso do licenciamento ambiental, que necessita de propostas para reformulações que tornem este instrumento mais eficaz. A avaliação de Impactos Ambientais (AIA), de acordo com os especialistas, para seu fortalecimento, poderia ser contratado por meio de licitação formulada pelo órgão licenciador e não

direcionado pelo proponente, embora este deva continuar assumindo o custeio. O Relatório de Qualidade do Meio Ambiente (RQMA) e o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (SINIMA), tampouco foram efetivamente implantados. Estes instrumentos podem fornecer conteúdos estratégicos e oficiais para a tomada de decisões e para o desenvolvimento de indicadores da política ambiental nacional.

Ao longo da audiência, Silva Alcântara, do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), questionou até que ponto pode-se comemorar três décadas de política nacional de meio ambiente. Silvia expôs alguns pontos que evidenciam o enfraquecimento de órgãos e políticas ambientais, como o corte de recursos do MMA em 90%, que gera perda de poder econômico e político; a ineficiência dos instrumentos ambientais; e a ausência da sociedade civil organizada nas conhecidas comissões tripartites.

LEI COMPLEMENTAR 140 E NOVA LEI FLORESTAL: OS EFEITOS SOBRE AS NORMAS DE PROTEÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

Mário Mantovani – Geógrafo, Diretor de Políticas da Fundação SOS Mata Atlântica.

Fabio Feldmann – Advogado, ex-Deputado Federal, foi autor do projeto de lei que deu origem à Lei da Mata Atlântica.

A Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006) foi aprovada depois de mais de quinze anos de tramitação com intensos conflitos, nos quais se colocavam, de um lado, parlamentares e organizações não-governamentais ambientalistas e, de outro, parlamentares e entidades representativas do setor produtivo, especialmente dos estados da região sul do país. As maiores divergências nesse processo legislativo foram relativas à abrangência territorial do bioma Mata Atlântica. O empenho da sociedade civil em prol dessa lei foi tão forte, que viabilizou a própria consolidação da Rede de ONGs da Mata Atlântica, hoje com mais de trezentas entidades filiais em dezessete estados brasileiros.

No final do referido processo legislativo, gerou-se um texto legal que pode ser lido como reflexo de um aprendizado político relevante. Os conflitos existentes foram solucionados com a adoção de um texto inovador, que incorpora a preocupação com os instrumentos econômicos de política ambiental e, cabe ressaltar, trabalha a proteção das florestas e outras formas de vegetação segundo critério diferenciado, conforme se trate de vegetação nativa primária ou secundária. O critério de regular a proteção segundo a caracterização como vegetação primária ou secundária em diferentes estágios de regeneração é adotado apenas pela Lei da Mata Atlântica, fundamentando-se na situação particular de grande degradação do bioma.

A Lei 11.428/2006 tem base no próprio texto da Constituição federal, que em seu art. 225, § 4º, define esse bioma e outros como patrimônio nacional e prevê que sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

Cabe analisar, então, a força nor-

mativa da Lei da Mata Atlântica, em face de duas inovações importantes no nosso conjunto de leis ambientais de aplicação nacional: a Lei Complementar 140/2011 e a nova lei florestal (Lei 12.651/2012, alterada pela Lei 12.727/2012), que revogou a Lei 4.771/1965.

A Lei Complementar 140/2011, que dispõe sobre a atuação coordenada em política ambiental de União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclui dispositivo que assegura a plena aplicação da Lei da Mata Atlântica. Fica estabelecido expressamente no art. 11 da referida lei complementar que “a lei poderá estabelecer regras próprias para atribuições relativas à autorização de manejo e supressão de vegetação, considerada a sua caracterização como vegetação primária ou secundária em diferentes estágios de regeneração, assim como a existência de espécies da flora ou da fauna ameaçadas de extinção”. Assim, as atribuições dos entes federados para a emissão de licenças e autorizações ambientais, nas áreas abrangidas pelo bioma Mata Atlântica, deverão observar também as disposições nesse sentido constantes na Lei 11.428/2006.

A análise nessa linha assume maior potencial de polêmica quando se colocam em pauta os efeitos da nova lei florestal na aplicação da Lei da Mata Atlântica. Entende-se que ela é uma lei especial não apenas porque se direciona a um bioma específico, mas também em razão de suas regras assumirem a vegetação nativa primária ou secundária em diferentes estágios de regeneração como parâmetro, diferentemente da nova lei florestal e, também, do que fazia a Lei 4.771/1965 revogada.

A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a maté-

ria de que tratava a lei anterior, consoante disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei 4657/1942). Ocorre que a mesma lei expressa, no § 2º do seu art. 2º, que “a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior”. Este é exatamente o caso das regras voltadas à proteção da vegetação no bioma Mata Atlântica, quando analisadas em face da recente lei florestal. Elas permanecem, assim, em vigor.

As regras presentes na Lei 11.428/2006 coexistiam com as da Lei 4.771/1965. Assim, se estava prevista, por exemplo, reserva legal de 20% da área do imóvel rural nas regiões abrangidas pelo bioma Mata Atlântica, isso não significava que o proprietário ou possuidor poderia desflorestar 80%. Impunha-se a análise da vegetação nativa existente no imóvel, se primária ou secundária em diferentes estágios de regeneração.

Essa leitura fica mantida com a entrada em vigor da Lei 12.651/2012, alterada pela Lei 12.727/2012. As disposições da nova lei florestal serão aplicadas lado a lado com a disciplina jurídica da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, consolidada na Lei 11.428/2006. Essa interpretação aplica-se inclusive às ocupações consolidadas objeto dos programas de regularização ambiental. O conteúdo desses programas e a sua implantação nos imóveis rurais não poderão conflitar com as regras específicas trazidas pela Lei da Mata Atlântica.

Dessa forma, fica claro que, respeitando-se as bases do sistema jurídico brasileiro, o pouco que ainda resta de Mata Atlântica permanece protegido pelos instrumentos da Lei da Mata Atlântica, a despeito das permissividades predatórias vigentes na nova lei florestal.

FRENTE APRESENTA PROJETO DE LEI “AMAZÔNIA AZUL” PARA PROTEÇÃO DOS MARES

A necessidade de discutir e aprovar uma legislação específica para proteger os oceanos foi defendida pelos participantes do seminário realizado pela Frente Parlamentar Ambientalista, no dia 11 de abril: “25 Anos da Constituição Federal e a Proteção dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos”. Apesar da relevância ecológica e socioeconômica, os ambientes marinhos e costeiros estão entre os mais ameaçados do País e menos protegidos por acordos, normas e leis e por políticas públicas federais e estaduais.

Os debates e as contribuições sobre o tema foram incluídos no projeto de lei nº 6969/2013 apresentado pela Frente Parlamentar Ambientalista, no dia 17 de dezembro, que institui a Po-

lítica Nacional para a Conservação e o uso Sustentável, “Amazônia Azul”.

No evento de abril, o coordenador da Frente, deputado Sarney Filho, o ex-presidente da SOS Mata Atlântica, Roberto Klabin e os deputados Márcio Macedo (PT-SE), Ricardo Trípoli (PSDB-SP) e Paulo Cesar (PR-RJ) manifestaram preocupação com os retrocessos na legislação ambiental e os reflexos nos ambientes marinhos e costeiros. “Estamos andando pra trás como caranguejos”, alertou o parlamentar.

Para Roberto Klabin, os ataques às leis ambientais, muitas vezes, ocorrem por falta de conhecimento. Daí a importância da realização de seminários e outras ações para



ampliar a conscientização dos parlamentares e da sociedade.

“Estamos criando parcerias para um projeto que vai instituir a Academia do Mar, e através dela levaremos parlamentares para conhecer países e regiões em que a proteção a esses ecossistemas já é uma realidade, como Costa Rica e Galápagos. Assim, os parlamentares terão elementos suficientes para saberem no que estão votando”, disse Klabin.

PESCA, POLUIÇÃO E OCUPAÇÃO ILEGAL ENTRE AS AMEAÇAS

A consultora da Câmara dos Deputados, Ilídia Juras, apresentou um panorama geral do ecossistema marinho. As principais ameaças são a sobrepesca, poluição das águas (derramamento de petróleo, resíduos, esgoto lançado no mar sem tratamento, pesticidas e metais pesados), destruição e degradação de habitats, introdução de espécies exóticas e mudanças climáticas.

De acordo com a consultora, a maior parte dos estoques das dez principais espécies de pescado estão super exploradas no Brasil.

A consultora também citou a ameaça do lixo nos oceanos. “O lixo marinho é resultado do comportamento humano: 6,4 milhões de toneladas de resíduos são lançados no mar anualmente”, afirmou. A consultora apresentou uma série de leis que ajudam

a proteger os oceanos, mas que, segundo ela, asseguram essa proteção de forma genérica. Ilídia Juras lembrou que o novo Código Florestal agravou ainda mais a situação com a possibilidade de cultivo nos manguezais. Ela citou, ainda, a lei que rege as Unidades de Conservação, o SNUC, cujo teor não oferece proteção específica para os ecossistemas costeiro e marinho.

O consultor da Fundação SOS Mata Atlântica, Mauro de Figueiredo, mostrou que 64% da Zona Marinha ainda é desconhecida e lembrou a importância de conhecer melhor esse ambiente. Ele apresentou informações sobre o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, instrumento que ainda é pouco aplicado nos Estados e municípios.

“A função da Lei de Gerenciamento Costeiro é integrar todas as ativi-

dades da área terrestre e produzir o controle, proteção e preservação. Temos uma série de instrumentos e pouca aplicação”, explicou. Segundo Figueiredo, hoje apenas oito Estados e três municípios possuem leis de gerenciamento costeiro.

O advogado André Lima, apresentou um panorama da legislação internacional, comparando a legislação brasileira com a de outros países, como Canadá, Nova Zelândia, Europa e EUA. “Faltam metas de médio e longo prazo e indicadores objetivos de qualidade ambiental para garantir a saúde dos mares, como ocorre na Europa”, criticou.

Lima fez uma análise da legislação de vários países. A Austrália busca a melhoria da qualidade do mar por meio de metas. Na Nova Zelândia é forte o respeito às comunidades tradicionais.



O BRASIL ESTÁ PREPARADO PARA ENFRENTAR ACIDENTES NO MAR?



A preocupação com a consolidação do Plano Nacional de Contingência para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional marcou a audiência realizada no final de novembro pela Comissão do Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável. “É preocupante o fato de ainda não estarmos bem estruturados para enfrentar acidentes de vazamentos na exploração do fundo do mar, como os que ocorreram na Chevron, no Campo de Frade, na Bacia de Santos”, afirmou o autor do requerimento, deputado Sarney Filho.

O deputado lembrou que em novembro de 2011 já havia ocorrido um vazamento de óleo na região, na área de responsabilidade da companhia petrolífera americana Chevron. Em 2012, foi detectado um novo vazamento no local, causado por uma rachadura no fundo do mar com cerca de 1 km de extensão. “Os dois vazamentos, felizmente, não foram de grande porte, mas precisamos com urgência de um Plano de Contingência capaz de atender acidentes com a exploração de óleo e gás do programa pré-sal, em profundidades que podem

chegar a mais de 6 mil kms”, disse o deputado.

Foram ouvidos os setores envolvidos no PNC e os canais de ação e resposta para incidentes de grandes proporções por derramamento de óleo em águas brasileiras: o contra almirante Marcos Lourenço de Almeida, do Ministério da Defesa e os Comandos Militares; Cristian Niel Berlink, do Instituto Chico Mendes – ICMBio; Luis Alberto de Mendonça Sabanay, do Ministério da Pesca e Agricultura; Antônio Maurício Ferreira Netto, da Secretaria de Políticas Portuárias e Marcelo Amorim, do IBAMA.

PREOCUPAÇÃO COM OS IMPACTOS AMBIENTAIS

Cristian Berlink expôs a grande preocupação do ICMBio relacionada às unidades de conservação em áreas marinhas e costeiras. Ele explicou que aproximadamente 20% das UCs localizadas nestas áreas estão sujeitas a severos impactos ambientais em caso de vazamento de óleo. Segundo Berlink, o ICMBio vem desenvolvendo estratégias de proteção contra estes incidentes em águas marinhas, que inclui uma proposta de Plano de Ação em UCs.

Ao longo da audiência, deputados e outros presentes levantaram alguns questionamentos. Por exem-

plo, em caso de incidente por derramamento de óleo, em qual momento será decidido o acionamento do PNC, em contraposição aos planos individual ou de área? O país está preparado para um incidente de grandes proporções no atual momento? Há estrutura suficiente?

Como respostas houve esclarecimentos de que a tomada de decisão para o acionamento do PNC é responsabilidade do Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), e que embora os órgãos responsáveis não estejam, atualmente, amplamente preparados para aplicar com

eficiência o PNC, “ações razoáveis já podem ser empregadas, considerando a utilização da estrutura da iniciativa privada aprovada no licenciamento das atividades”. Sarney Filho acredita que com a pressão da sociedade e do legislativo, PMC está “evoluindo”.

Ainda que estas e outras questões tenham sido respondidas, restaram dúvidas, brechas e inseguranças na aplicação do PNC, deixando pontos que ainda deverão ser levantados e discutidos para uma efetiva ação de proteção das águas nacionais contra poluição por óleo.



NADA ALÉM DE UMA CARTA DE INTENÇÕES

“Aguardado com expectativa pela sociedade, o plano não surpreendeu. Ao contrário, decepcionou, o que não pode ser atribuído à falta de tempo para seu desenvolvimento.”

Pedro Luiz Passos – Presidente da Fundação SOS Mata Atlântica

Roberto Klabin – Vice-presidente da Fundação SOS Mata Atlântica para a área de Mar

O governo brasileiro lançou, este ano, o Plano Nacional de Contingência para grandes vazamentos de petróleo – um dia depois do polêmico leilão do pré-sal do campo de Libra, que ocorreu no Rio de Janeiro em 21 de outubro. Da forma como foi concebido, formulado e divulgado, o Plano, porém, não passa de uma carta de intenções. Suscita mais perguntas do que propõe respostas e deixa abertas questões primordiais, como a operacionalização e os recursos disponíveis para enfrentar eventuais acidentes e vazamentos. Enfim, não atinge seu objetivo maior, que é garantir a segurança ambiental em uma das principais e mais ricas zonas costeiras do mundo, diante de um vultoso empreendimento de altíssimo risco, a exploração de petróleo do pré-sal.

Aguardado com expectativa pela sociedade, o plano não surpreendeu. Ao contrário, decepcionou, o que não pode ser atribuído à falta de tempo para seu desenvolvimento. O trabalho vem sendo cozinhado por 17 Ministérios desde 2010, quando o vazamento de petróleo no Golfo do México, o maior da história americana, evidenciou a falta de preparo da maioria dos países para lidar com esse tipo de situação, Brasil inclusive.

A decepção teve início durante a própria concepção do plano. Em momento algum houve convite para a participação, ou pelo menos para apresentação prévia, à sociedade civil ou aos setores de turismo e de pesca – atividades mais afetadas, caso as ações emergenciais não funcionem. Não faltou disposição ao

diálogo por parte dos representantes da sociedade civil. Em maio de 2013, por exemplo, a Fundação SOS Mata Atlântica solicitou uma audiência com os Ministérios responsáveis para propor que detalhes do plano fossem apresentados à entidade e aos demais segmentos. Até hoje, a Fundação aguarda o agendamento desse encontro.

Assim, o Plano já nasceu incompleto, pois não expressa uma visão ampla sobre o assunto e tampouco atende às legítimas preocupações de parcelas relevantes da sociedade. Em diversos aspectos, apresenta-se como uma caixa preta. O Decreto 8.127 de 23 de outubro de 2013 determina que o Ministério do Meio Ambiente será a Autoridade Nacional que terá de coordenar e articular ações para facilitar e ampliar a prevenção, preparação e a capacidade de resposta nacional a incidentes de poluição por óleo.

O mesmo Ministério do Meio Ambiente é responsável por avaliar e aprovar os Planos de Emergência Individual das companhias petrolíferas, mas nunca teve estrutura e orçamento suficientes para checar se, no momento de um acidente, as empresas têm reais condições de implementar as ações propostas.

O plano não deixou claro ainda como se dará sua operacionalização. Não determinou orçamento e não especifica as estruturas disponíveis e os tipos de embarcações para operar em áreas profundas e distantes da costa, como as do pré-sal. Também é questionável a divisão de responsabilidades em um eventual acidente.

Segundo o plano, há três possíveis coordenadores operacionais: a Marinha, no caso de acidentes em águas marítimas; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para águas interiores; e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), nos casos que envolvam estruturas submarinas de perfuração e produção. Possíveis dúvidas nesse sentido podem levar à paralisia, o que potencializa os efeitos negativos de um vazamento.

Não podemos deixar de lembrar um caso ocorrido aqui. Exatamente dois anos atrás, em novembro de 2011, a empresa americana Chevron causou um grande acidente no mar brasileiro, no Campo de Frade. O susto foi grande. O tamanho inicial do vazamento foi estimado pela Agência Nacional de Petróleo em 330 barris por dia, ou 50 mil litros de óleo. Mas imagens de satélite obtidos pela Agência Espacial Norte-Americana (Nasa) indicaram um vazamento dez vezes maior. A extensão da mancha vista do espaço levou a um cálculo de 3,7 mil barris de óleo por dia – quantidade próxima à identificada no início do vazamento do Golfo do México.

O triste episódio evidenciou uma gigantesca falta de governança por parte dos órgãos governamentais, uma vez que no momento da tragédia a única fonte de informação para a sociedade civil era a própria empresa, que soltava aos poucos informações vagas pouco precisas. Nesse momento, era fundamental que o governo brasileiro tivesse suas próprias condições para chegar ao local do va-

zamento e avaliar o tamanho do impacto, não somente para agir com rapidez, mas também para ser capaz de repassar informações transparentes e precisas aos brasileiros e para a sociedade internacional. Isso não pode ser esquecido nem deve se repetir.

Não negamos, evidentemente, os possíveis benefícios econômicos e sociais que a exploração no pré-sal, com suas reservas de 8 a 12 bilhões de barris, pode trazer ao país. Mas os riscos apresentam proporções semelhantes, pois não é só de petróleo que vive a costa brasileira. Mais de

25% da população do país mora na zona costeira e cerca de 4 milhões de brasileiros utilizam seus recursos naturais para sobreviver. Segundo dados do Ministério da Pesca, existem quase 1 milhão de pescadores no Brasil, responsáveis pela oferta de 1,24 milhão de toneladas de pescados por ano, sendo que cerca de 45% dessa produção é da pesca artesanal.

O litoral é também um dos principais destinos turísticos do Brasil. Ainda há enorme espaço para aprimorar a estrutura e o atendimento nessa área, mas se o meio ambiente

na faixa litorânea for destruído ou seriamente danificado, levará à bancarrota esses dois importantes setores da economia brasileira.

Em 180 dias o Ministério do Meio Ambiente deverá revelar qual será a estratégia de implementação do Plano Nacional de Contingência. Até lá, infelizmente, só nos resta torcer para que nenhum desastre ambiental nas áreas de exploração petrolífera nos surpreenda, pois até agora existe apenas uma carta de intenções e não efetivamente um plano para enfrentar essa situação.

A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DAS ÁGUAS AINDA É LENTA



No Dia Mundial da Água (22 de março), a Comissão do Meio Ambiente e a Frente Parlamentar Ambientalista realizaram audiência pública que avaliou os dezesseis anos da Lei das Águas (Lei Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997). Uma das principais inovações da legislação continua desconhecida para a maioria da população. De acordo com o coordenador do Programa Água para a Vida do WWF-Brasil, Glauco Kimura, 84% dos brasileiros nunca ouviram falar dos comitês de bacia.

Os comitês são fóruns de debates e de decisão, onde governo, sociedade civil organizada e usuários das águas de uma bacia hidrográfica têm assento. São os locais adequados, por exemplo, para se buscar a limpeza de um córrego que vem sendo afetado pelo lançamento de esgoto não tratado ou a ação de uma indústria. “Criar-se uma associação e busca-se um assento no comitê de bacia para discutir

o tema. Ao conseguir espaço, isso vira uma pauta do comitê. Ao virar uma pauta, o comitê vai deliberar e pode ser implementada através da agência de bacia, inclusive com recursos da cobrança pelo uso da água”, explicou.

Existem no país cerca de 190 comitês de bacia, sendo 11 deles em rios de domínio da União, de acordo com o diretor de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Júlio Thadeu Kettelhut. O técnico reconhece a dificuldade de se ampliar a participação da sociedade nos comitês, mas analisa que mudanças de paradigma, como a trazida pela Lei das Águas, tendem a ser lentas. “Às vezes, ficamos ansiosos que este processo ande rápido - e é bom que seja assim - mas é um processo que quebra paradigmas e que necessita muita negociação”, afirmou.

A dificuldade de articulação entre governos e sociedade civil na gestão

das águas tem reflexos na vida das cidades, onde, segundo a coordenadora da Rede de Águas da Fundação SOS Mata Atlântica, Malu Ribeiro, a poluição dos rios e os problemas de saneamento continuam impactando a saúde de adultos e crianças. Malu destacou que 70% das doenças na cidade de São Paulo têm origem no contato com água poluída. “Regiões metropolitanas muito urbanizadas, onde se tem grandes cargas de poluição, como São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro, sofrem com falta de água por indisponibilidade, ou seja, porque as águas estão poluídas e também por eventos climáticos drásticos.”

Outro tema tratado durante a audiência foi a agressão aos rios, aquíferos e oceanos. Para o presidente do PV, deputado Penna (SP), “o contínuo envenenamento das águas, a forma como se derruba a mata ciliar e os assoreamentos cada vez mais ameaçam a vida”.

POR MAIS E MELHORES UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Jean Timmers – Superintendente e Especialista em Políticas Públicas do WWF-Brasil.

Aldem Bourscheit – Superintendente e Especialista em Políticas Públicas do WWF-Brasil.

A população mundial e a demanda associada por alimentos, commodities e energia tendem a crescer de forma vertiginosa nas próximas décadas. Sem mudança nos padrões de produção e de consumo, a pressão sobre os grandes remanescentes globais de vegetação nativa, no sudeste asiático, na África central e na Amazônia sul americana, ampliará os impactos socioambientais.

O Brasil, como abrigo de enorme variedade de animais, plantas e ecossistemas que nos proporcionam um dos climas mais agradáveis do planeta, água pura e em grande quantidade, terras férteis e paisagens paradisíacas, precisa garantir meios concretos para a manutenção de seu patrimônio natural, beneficiando inclusive a produção no campo, o abastecimento das cidades, a geração de energia e as populações tradicionais.

Uma das ferramentas globalmente adotadas e realmente efetivas para a conservação da vida e dos chamados serviços ambientais é o estabelecimento de uma rede ampla e sólida de unidades de conservação, terrestres e marinhas. No país, a base para essa tarefa estratégica é a Lei 9.985 / 2000, que regulamentou parte do Artigo 225 da Constituição Federal de 1988.

Engrossando o caldo, parques nacionais e outras unidades de conservação servem não só à manutenção da biodiversidade, mas também protegem cenários e culturas, fornecem serviços como regulação do clima e água em quantidade e qualidade para abastecimento humano e produção de energia, por exemplo, ajudam a combater o desmatamento (que voltou a crescer na Amazônia) e também geram renda em bases sus-

tentáveis.

Se alguém ainda duvida do papel econômico das unidades de conservação, basta conferir em <http://goo.gl/A8AbXs> os números do estudo A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (Pnuma, MMA, Ipea, Embaixada Britânica e GIZ).

Além disso, municípios de 18 estados recebem atualmente mais de R\$ 400 milhões ao ano por meio do ICMS Ecológico. Só o Parque Nacional do Iguaçu (PR) possibilita o repasse de aproximadamente R\$ 10 milhões aos municípios em seu entorno. Sem contar os R\$ 17 milhões revertidos todo ano aos cofres da União com bilheteria.

Todavia, um futuro mais promissor para as unidades de conservação brasileiras depende de um cenário político menos desfavorável e de ações estratégicas e conjuntas entre

governos, sociedade civil e setor privado. O já citado Parque Nacional do Iguaçu, um dos mais conhecidos e visitados do país, pode ser cortado ao meio por uma estrada pavimentada caso seja aprovado um irresponsável projeto de lei.

Mas o fato não é isolado. No Congresso Nacional e Assembleias Legislativas estaduais se acumulam projetos de lei e outras iniciativas de visão curta e distorcida que irresponsavelmente atacam o sistema nacional de áreas protegidas e, como em um passe de mágica, pretendem desconstituir, reduzir ou jogar para baixo o nível de proteção de inúmeras unidades de conservação. Tais tentativas de dribble são tortas, inclusive porque unidades de conservação são propostas e criadas com base em exaustivos estudos socioambientais e consultas públicas, até serem de-

cretadas pelo Executivo.

Outro fator que entrava a consolidação do sistema nacional de unidades de conservação é seu baixo índice de regularização fundiária. Não por falta de recursos, mas pela carência de um debate franco, aberto e democrático sobre os melhores caminhos para a solução do problema. Alguns estados brasileiros, como Minas Gerais, vêm testando novos modelos para a regularização fundiária, por exemplo com recursos da compensação ambiental.

É fundamental que avancemos com medidas que contribuam efetivamente para a consolidação e para a ampliação da rede de unidades de conservação, protegendo riquezas únicas em todos os biomas do país, seja em terra, seja no mar. Enquanto a Amazônia abriga um índice razoável de áreas protegidas, outras

regiões vêm perdendo a cada ano parcelas significativas de sua cobertura vegetal nativa, inclusive a quase dizimada Mata Atlântica.

Metade do Cerrado, do Pampa e da Caatinga desapareceram, enquanto Amazônia e Pantanal já perderam quase 20% de sua vegetação nativa. Enquanto isso, os índices de proteção oficial para a maioria dos biomas ainda são insuficientes para que o Brasil garanta a conservação ampla de sua biodiversidade e honre, por exemplo, compromissos internacionais que determinam que, até 2020, todos os países devam ter pelo menos 17% de suas áreas terrestres e 10% de suas áreas marinhas e costeiras em unidades de conservação. Do bioma marinho, temos apenas 1,4% realmente protegido.

Há muito trabalho a ser feito, em benefício de todos os brasileiros.

EVENTOS DA FRENTE

Cafés da Manhã

03/04

Tráfico de animais silvestres

17/04

Lançamento Grupo de trabalho em defesa dos povos indígenas

08/05

Debate sobre a Lei Complementar 140/11

19/06

Perspectivas atuais para o setor sucroalcooleiro

28/08

Sivestre não é pet

11/09

Debate sobre a PEC Cerrado e Caatinga e comemoração do Dia Nacional do Cerrado

23/10

Liberte-se da crueldade

06/11

Novo código de mineração

Seminários

11/04

25 anos da Constituição Federal e a proteção dos ecossistemas costeiros e marinhos

21/05

Um ano de vigência do Novo Código Florestal: entraves, avanços, retrocessos?

06/06

Desafios para implementação da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos

10 e 11/10

I Encontro Nacional das Frentes Ambientais Estaduais e I Encontro do Observatório Nacional do Código Florestal

17/10

Conferência de Legisladores sobre Mudanças Climáticas

10/06

Curso de Legislação Ambiental



MEMBROS DA FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA

DEPUTADOS

Ademir Camilo
Adrian
Afonso Hamm
Alessandro Molon
Alex Canziani
Alexandre Roso
Alexandre Toledo
Alfredo Sirkis
Alfredo Kaefer
Alice Portugal
Aline Corrêa
Amauri Teixeira
André Moura
André Zacharow
Andreia Zito
Aníbal Gomes
Antônia Lúcia
Antônio Andrade
Antônio Balhamann
Antônio Bulhões
Antônio Carlos M. Thame
Antônio Roberto
Ariosto Holanda
Arlindo Chinaglia
Arnaldo Jardim
Arnaldo Jordy
Arnon Bezerra
Arthur Oliveira Maia
Assis Carvalho
Assis do Couto
Assis Melo
Átila Lins
Betinho Rosado
Beto Mansur
Bohn Gass
Bonifácio De Andrada
Bruno Araújo
Carlos Eduardo Cadoca
Celso Maldaner
Cesar Colnago
Chico Alencar
Chico Das Verduras
Chico Lopes
Cida Borghetti
Dalva Figueiredo
Damião Feliciano
Daniel Almeida
Danilo Forte
Devanir Ribeiro
Diego Andrade
Dilceu Sperafico
Domingos Dutra
Domingos Neto
Domingos Sávio
Dr. Adilson Soares
Dr. Jorge Silva
Dr. Paulo César
Dr. Rosinha
Dr. Ubiali

Dudimar Paxiuba
Edinho Bez
Edio Lopes
Edson Pimenta
Edson Silva
Eduardo Azeredo
Eduardo Barbosa
Efraim Filho
Elcione Barbalho
Erika Kokay
Esperidião Amim
Eudes Xavier
Fábio Faria
Fábio Ramalho
Fábio Souto
Fábio Trad
Fátima Pelaes
Felipe Maia
Fernando Ferro
Fernando Francischini
Fernando Marroni
Flávia Morais
Flaviano Melo
Francisco Floriano
Francisco Praciano
Gabriel Chalita
Genecias Noronha
Geraldo Resende
Giovani Cherine
Geraldo Thadeu
Givaldo Carimbão
Gladson Cameli
Gonzaga Patriota
Gorete Pereira
Guilherme Campos
Guilherme Mussi
Henrique Afonso
Henrique Oliveira
Hermes Parciannelo
Homero Pereira
Hugo Leal
Hugo Motta
Irajá Abreu
Ivan Valente
Jaime Martins
Jairo Ataíde
Jandira Feghali
Janete Rocha Pietá
Jânio Natal
Jean Wyllys
João Arruda
João Bittar
João Dado
João Magalhães
João Maia
João Paulo Cunha
João Paulo Lima
Jorginho Mello
José Stédile

José Carlos Araújo
José Chaves
José Linhares
José Otávio Germano
José Rocha
Josué Bengtson
Júlio Campos
Júlio Cesar
Laercio Oliveira
Leandro Vilela
Lelo Coimbra
Leonardo Monteiro
Leonardo Quintão
Leonardo Vilela
Liliam Sá
Lincoln Portela
Lindomar Garçon
Lira Maia
Lourival Mendes
Luiz Carlos
Luiz Carlos Hauy
Luiz Couto
Luiz Fernando Machado
Luiz Noé
Luiz Otavio
Magela
Manato
Manoel Junior
Manuela D'ávila
Marçal Filho
Marcelo Almeida
Marcelo Castro
Marcio Bittar
Márcio Macêdo
Marcon
Marinha Raupp
Mário De Oliveira
Marllos Sampaio
Maurício Quintella Lessa
Maurício Trindade
Mauro Lopes
Mauro Mariani
Mendonça Prado
Miguel Corrêa
Missionário José Olimpio
Nelson Marchezan Junior
Nelson Marquzezelli
Osmar Serraglio
Otavio Leite
Oziel Oliveira
Padre João
Paes Landim
Pastor Marco Feliciano
Paulo Foletto
Paulo Magalhães
Paulo Teixeira
Paulo Wagner
Penna
Pepe Vargas

Perpétua Almeida
Policarpo
Professora Dorinha Rezende
Raimundo Gomes De Matos
Raul Henry
Rebecca Garcia
Reginaldo Lopes
Reinaldo Azambuja
Reinhold Stephanes
Renato Molling
Renzo Braz
Ricardo Berzoini
Ricardo Izar
Ricardo Tripoli
Roberto Balestra
Roberto Britto
Roberto De Lucena
Roberto Santiago
Roberto Teixeira
Rodrigo Maia
Rosane Ferreira
Rose De Freitas
Rosinha Da Adefal
Rubens Otoni
Rui Costa
Salvador Zimbaldi
Sandes Junior
Sandro Mabel
Saraiva Felipe
Sarney Filho
Sebastião Bala Rocha
Sergio Brito
Sergio Guerra
Sibá Machado
Silas Câmara
Stepan Nercessian
Sueli Vidigal
Takayama
Taumaturgo Lima
Valadares Filho
Vanderlei Macris
Vicente Candido
Vieira Da Cunha
Vilmar Rocha
Wilson Covatti
Vitor Paulo
Waldir Maranhão
Walter Tosta
Wandenkolk Gonçalves
Washington Reis
Wellington Fagundes
Weliton Prado
Wellington Roberto
Wilson Filho
Wladimir Costa
Zé Geraldo
Zequinha Marinho
Zoinho
Zonta

EXPEDIENTE

Coordenador:

Deputado Sarney Filho (PV-MA)

Subcoordenador:

Deputados Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) e José Luis França Penna (PV-SP), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Secretário-Geral:

Deputado Paes Landim (PTB-PI)

Conselho executivo:

Deputados Rosane Ferreira (PV-PR) e Rebecca Garcia (PP-AM)

Conselho consultivo:

Mário Mantovani - SOS Mata Atlântica, André Lima - IPAM, Fábio Feldman - Fórum Paulista de Mudanças Climáticas

Edição e texto:

Eliana Lucena e Mariana Mota

Repórteres e Conteúdos:

Renata Leite, Estefânia Uchoa, Agência Câmara, Agência Senado e Jornal do SBPC

Fotos:

Agência Câmara, Estefânia Uchoa, Mariana Mota, Tiago Basílio e Eduardo Jardim

Projeto gráfico e diagramação:

Renan Nunes

Assessoria da SOS Mata Atlântica:

Lídia Parente

Assessoria da coordenação da Frente

Parlamentar Ambientalista:

Diva Alves Carvalho

Colaboradores:

Jordania Ferreira e Zenilda Barbosa

Este informativo visa divulgar as ações da Frente Parlamentar Ambientalista.

Frente Parlamentar Ambientalista

www.frenteambientalista.com
www.facebook.com/frenteambientalista
www.flickr.com/photos/fambientalista

Observatório Parlamentar Socioambiental

www.observatorioparlamentar.org.com
www.facebook.com/observatorioparlamentarsocioambiental

Fundação SOS Mata Atlântica

www.sosma.org.br
www.facebook.com/SOSMataAtlantica

Câmara dos Deputados

Tel.: (61) 3215-5202 Fax: (61) 3215-2202
dep.sarneyfilho@camara.leg.br
contato@frenteambientalista.com

SENADORES

Casildo Maldaner
Cicero Lucena
Cristovam Buarque
Eduardo Amorim
Fernando Collor

Francisco Dornelles
Gim Argelo
João Vicente Claudino
José Sarney
Lidice da Mata

Paulo Davim
Paulo Paim
Pedro Taques
Roberto Requião
Rodrigo Rollemberg

Romero Jucá
Sérgio Petecão
Vanessa Grazziotin
Walter Pinheiro
Wellington Dias



[flickr](#)
[facebook](#)
[twitter](#)

www.frenteambientalista.com